

**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO
DEPARTAMENTO DE LÍNGUAS ESTRANGEIRAS MODERNAS
ESPECIALIZAÇÃO EM LITERATURA BRASILEIRA E HISTÓRIA NACIONAL**

ALESSANDRO SCHUMINSKI

**FRONTEIRAS ENTRE HISTÓRIA E LITERATURA:
A CONSTRUÇÃO DO MILENARISMO DE ANTÔNIO CONSELHEIRO EM OS
SERTÕES DE EUCLIDES DA CUNHA**

CURITIBA

2014

ALESSANDRO SCHUMINSKI

**FRONTEIRAS ENTRE HISTÓRIA E LITERATURA:
A CONSTRUÇÃO DO MILENARISMO DE ANTÔNIO CONSELHEIRO EM OS
SERTÕES DE EUCLIDES DA CUNHA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Especialização em Literatura Brasileira e História Nacional da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, como requisito parcial à conclusão da especialização.

Orientador:
Prof. Ms. Itamar Cardozo Lopes

CURITIBA

2014

“É do buscar e não do achar que nasce o que eu não sabia.”

Clarice Lispector

RESUMO

O presente trabalho de Conclusão de Curso tem como objetivo analisar a construção do milenarismo de Antônio Conselheiro em *Os Sertões* de Euclides da Cunha. O trabalho está embasado em pesquisas bibliográficas, e a análise da obra é realizada a partir de uma perspectiva literária e histórica, ressaltando os fatores que desencadearam a construção do personagem Antônio Conselheiro como um líder místico católico, pelo viés do messianismo como utopia coletiva do sertão. Relaciona-se a obra com a Guerra de Canudos, tomando aquele como suporte deste, verificando as avaliações que historiadores e literatos efetuaram em relação a essa contiguidade. O trabalho destaca a história e as ideais de utopia, além de ressaltar as condições sociais, econômicas e políticas da República Velha, imprescindíveis como auxílio para depreender como e em quais condições o autor propôs a elaboração do livro. Assim sendo, o trabalho destaca como Euclides da Cunha retratou o sertanejo e seus costumes peculiares, moldando Antônio Conselheiro nessa perspectiva -- um personagem literário e histórico.

Palavras-chave: Antônio Conselheiro. Milenarismo. Os Sertões. Utopia.

ABSTRACT

This work of Final Paper aims at the analysis the construction of millenarianism in Os Sertões of Euclides da Cunha. The work is based upon bibliographic research, and the analysis of the literary composition is performed from a historical and literary perspective, underscoring the factors that unleashed the construction of the character Antônio Conselheiro as a catholic mystic leader, through messianism as a collective utopia of wilderness. It relates Os Sertões with to Guerra de Canudos, taking that in support of this, verifying the reviews that historiographers and literates made in relation to this contiguity. This work emphasizes the history and ideals of utopia, in addition to explain the social, economic and political conditions of the República Velha, as essential aid to deduce how and under what conditions the author has proposed the development of the Os Sertões. As such, this work stands as Euclides da Cunha portrayed an inlander and their peculiar customs, shaping Antônio Conselheiro in view of this, a literary and historical character.

Keywords: Antônio Conselheiro. Millenarianism. Os Sertões. Utopia.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	07
2	UTOPIA, HISTÓRIA E LITERATURA.....	12
3	A REPÚBLICA VELHA: O INÍCIO CONTURBADO	21
4	OS SERTÕES: LIVRO DE CIÊNCIA E DE PAIXÃO	28
5	O MILENARISMO DE ANTONIO CONSELHEIRO	33
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	45
	REFERÊNCIAS.....	49

1. INTRODUÇÃO

O movimento ocorrido em Arraial de Canudos ou Belo Monte aconteceu no fim do século XIX, no nordeste do Brasil, mais precisamente no sertão da Bahia. Foi liderado por Antônio Vicente Mendes Maciel (1830-1897), mais conhecido como “Antônio Conselheiro”, que fundou o Arraial em 1893. Conselheiro, em meio a suas pregações, constrói o povoado e nele organiza um tipo de sociedade que é alicerçada em um sistema de produção que se baseia no trabalho coletivo. Esse movimento emergiu então no coração do sertão baiano, cujo líder popular via, por meio do movimento social, a solução para defender o povo pobre do sertão baiano e de outros estados; muitos trabalhadores do campo foram atraídos para o movimento, pois se sentiam oprimidos pelos grandes produtores da região, detentores do poder.

Canudos teria surgido após um conjecturado ataque aos sertanejos seguidores de Conselheiro:

a reunião de um pequeno grupo de seguidores do beato Antônio Conselheiro numa fazenda abandonada às margens de um rio chamado Vaza Barris parece ter se iniciado em 1893, depois de um suposto e não comprovado ataque sofrido em Masseté, por razões que variam desde a sempre aludida resistência dos conselheiristas ao pagamento de impostos, até a improvável reação militar a uma possível pregação do Conselheiro sobre a existência de uma terra sagrada no alto sertão. Depois desse primeiro entrevero, somente em 1896 os sertanejos de Canudos voltaram a ter outro enfrentamento com a polícia local. Isto é reconhecido até mesmo pelos autores que encontram no arraial algum indício de periculosidade para a ordem estabelecida. (HERMANN, 1996, p. 6).

A saga de Antônio Conselheiro e do povo de Canudos foi descrita por Euclides Pimenta da Cunha (1866-1909) em *Os Sertões* (1902). Imprescindível à própria compreensão ou construção da ideia de Brasil, o livro foi considerado, ao longo do tempo, como obra essencialmente nacional, a elucidar um Brasil desmedido e fidedigno às suas características geográficas – tanto físicas quanto humanas. O episódio de Canudos, ao contrário do que o próprio Euclides da Cunha ou qualquer pessoa externa ao contexto local imaginara, não foi o começo do esmagamento de uma raça fraca; foi o solene desdobrar das energias adormecidas naqueles “atrasados” sertanejos.

A narrativa da Guerra de Canudos elevou Euclides da Cunha ao panteão dos

grandes escritores, e *Os Sertões* faz jus à sua importância, cuja relevância quase que imediata valeram ao autor vagas para a Academia Brasileira de Letras (ABL) e Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). As conflituosas relações entre os conceitos de sertão e nação existentes no pensamento do autor, refletidos nessa produção literária, demonstram sua genialidade e perspicácia como escritor, jornalista e poeta, além de sociólogo, historiador, geógrafo e engenheiro.

Euclides da Cunha mantinha colaborações na imprensa, e em 1897 escreveu um artigo sobre a Guerra de Canudos intitulado *A Nossa Vendeia*, lido à época por Júlio Mesquita, de *O Estado de S. Paulo*, que, segundo Walnice Galvão,¹ o convidou então para cobrir a guerra com o intuito de “prestar serviços à República e preparar elementos para um trabalho histórico”. (CUNHA, 2010, p. 330). Assim, Euclides participou de agosto a outubro de 1897, da quarta e última expedição e, em 1902, escreveu *Os Sertões*, certamente sua obra mais proeminente.

Desde o livro *Os Sertões*, a Guerra de Canudos tem sido interpretada por vários historiadores sob o ângulo do milenarismo e do messianismo de Antônio Conselheiro. No entanto, há historiadores que buscam em suas análises outros aspectos que vão além do caráter messiânico ou milenarista como marca de Canudos. Segundo Hermann (1996, p. 5), o historiador Marco Antônio Villa, autor de *Canudos: o povo da terra*, enquadra-se dentre esses historiadores, pois “seu trabalho se insere naquela fértil linha de análise que conferiu aos seguidores de Antônio Conselheiro uma politização acentuada e uma consciência razoável de seus projetos”. Contudo, este trabalho basear-se-á na compreensão de Canudos e de seu líder por meio de suas motivações teológicas – milenaristas e messiânicas. Mais precisamente, o que nele se investigará será a construção dessa imagem por Euclides da Cunha.

A linguagem messiânica tem uma forte ligação com o contexto religioso, sobretudo em relação à promessa divina de tempos venturos – mais afortunados e ditosos. A secularização da linguagem messiânica só aconteceria a partir das utopias, surgidas no Renascimento, época em que a palavra foi cunhada no livro A

¹ A edição de *Os Sertões* utilizada como fonte para este trabalho é dividida em dois volumes: o primeiro contém uma introdução intitulada: Um “livro vingador”, além de um texto que destaca a história de vida do autor. No segundo volume destacam-se a obra e seus personagens. Todos os estabelecimentos de texto foram escritos por Walnice Nogueira Galvão, ex-professora da USP, crítica literária e uma das principais estudiosas da obra de Guimarães Rosa e Euclides da Cunha.

Utopia (1518), de Thomas More (1438-1535).²

O milenarismo busca, em seus movimentos, relacionar um período na vida humana em que os sofrimentos serão substituídos por paz e harmonia, e o homem desfrutará então de felicidade, fartura e liberdade durante mil anos. A versão de Euclides da Cunha para criar as relações entre Conselheiro e milenarismo combina ficção e realidade, alicerçada numa abordagem elitista e racionalista comum à época. Ela exprimia uma atitude de aversão à dimensão espiritual de Conselheiro e da comunidade na qual era líder e enxergava no movimento um fanatismo religioso fadado a almas ingênuas. Convém recordar que Euclides da Cunha era positivista e anticlerical, e que sua vida se deu em torno de uma causa: a República.

Os *Sertões*, por ser uma obra construída com minuciosa pesquisa pelo autor, remete à atividade jornalística e à historiografia, como compartilhadoras da função de relatar fatos. Embora normalmente esta se volte ao passado para cumprir seu papel na escrita da história, e aquela se empenhe com o factual, ambas as práticas estão centradas em registrar o que de mais importante acontece na sociedade. É fundamental recordar que, no século XIX e início do século XX, a História apresentava uma forma de narrativa quase hegemônica sobre o passado, partindo da análise do particular para a compreensão do todo, realizado por meio de fontes históricas que representavam o próprio passado. A História, por meio de uma concepção moderna, é um processo quase natural, um conjunto de acontecimentos representado por um “conjunto” único, que caracteriza essa concepção processual inerente a ela. A antiga “linha do tempo” é, na verdade, um emaranhado de acontecimentos que se conjugam, formando inúmeras linhas que se transpassam.

A obra *Os Sertões* pode ser enquadrada como fonte histórica das ocorrências em Canudos, devido ao seu teor relativamente marcante de circunscrição dos fatos sucedidos. Por fonte histórica entende-se tudo aquilo que foi produzido pela humanidade no tempo e no espaço, isto é, a herança material e imaterial deixada pelos antepassados que servem de base para a construção do conhecimento

² Embora o termo utopia ainda não tivesse sido cunhado, projeções desse tipo ou com esse teor já existiam entre os gregos antigos (a Idade de Ouro), e mesmo durante a Idade Média (o mitológico “País da Cocanha”). O conto de Cocanha foi registrado a partir da tradição oral no século XIII e conta a história de um viajante anônimo a um país imaginário. O historiador Hilário Franco Júnior, em *Cocanha – A história de um país imaginário*, aborda Cocanha a partir das condições sociais, políticas e religiosas que propiciaram o aparecimento de suas primeiras versões escritas na França e na Inglaterra. Cf. <<http://www.companhiadasletras.com.br/detalhe.php?codigo=10891>>

histórico. Um termo comum para conceituar fonte histórica é “documento”; e *Os Sertões* será o principal documento na construção da análise da monografia. É a análise então da composição de Antônio Conselheiro, pelo ponto de vista do autor Euclides da Cunha no documento *Os Sertões*, sem menosprezo a importância de retomar e cotejar as principais ideias dos teóricos estudiosos, tanto da história, quanto da literatura, em relação a esse tema, além dos manuscritos deixados por Conselheiro.

Esta monografia, portanto, pretende discorrer sobre como Euclides da Cunha retratou o sertanejo e seus costumes peculiares, a construção da figura de Antônio Conselheiro – “um gnóstico bronco” ou “grande homem pelo avesso” --, e também sobre a importância que essa obra teve e tem ao compilar dados, informes, contingentes militares em confronto, armamentos, credices e misticismo, condensados de forma ativa e incontestada na obra. É um dos poucos relatos que se têm daquele sangrento confronto ocorrido nos sertões nordestinos.

O trabalho aqui apresentado é pautado por meio de pesquisas bibliográficas que destacam uma revisão histórica e literária da obra *Os Sertões*, bem como a construção feita por historiadores e críticos literários acerca do milenarismo messiânico de Antônio Conselheiro. A pesquisa bibliográfica propicia o estudo desses materiais, possibilitando a obtenção de informações sobre os assuntos a serem tratados, de maneira que se possa organizar e destacar as informações mais relevantes para a elaboração do texto monográfico.³ No caso particular dessa monografia, o mapeamento será realizado na análise de Euclides da Cunha, como pessoa inserida no pensar do homem do final do século XIX e começo do século XX. Interessa-nos, enfim, apreender o autor em sua construção característica do sertanejo, em especial na elaboração e constituição do personagem Antônio Conselheiro.

O trabalho discorrerá inicialmente sobre o milenarismo e o messianismo como correntes utópicas, destacando como a utopia entrelaça literatura e história. O

³ A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meio de escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta. Cf. (FONSECA, 2002, p. 32).

pensamento utópico envolve uma descrição das aspirações humanas por um mundo melhor – até mesmo perfeito -, que existiu ao longo de toda a história, traduzindo-se na busca pela sociedade ideal. Em seguida, haverá um breve levantamento do Brasil no período da República Velha. O objetivo nesse capítulo será refletir sobre os acontecimentos sociais, políticos e econômicos que marcaram a jovem nação republicana no período da Guerra de Canudos e da escrita de *Os Sertões*.

A obra *Os Sertões* será analisada logo em seguida, destacando sua importância para o estudo e avaliação da Guerra de Canudos, e para a reflexão da construção do ideário sertanejo. O livro de Euclides, portanto, constitui-se objeto de vivo interesse para antropólogos, geógrafos, historiadores, sociólogos e, naturalmente, literatos, cuja procura embasa-se pela simples paixão em relação ao universo das palavras.

Por fim, empreende-se no trabalho a análise de Antônio Conselheiro, personagem cuja construção de Euclides da Cunha permite examiná-lo como uma espécie de epítome da população sertaneja, por meio do constructo de “homem pelo avesso”, descrito pelo autor como um homem fanático e místico. A construção do personagem Antônio Conselheiro, e o caráter milenarista deste personagem, servirão como suporte para um debate com as teorias de importantes autores, principalmente aquelas que analisam o processo de construção da escrita de *Os Sertões*, e também *As Prédicas*, escritos de Conselheiro, construindo um diálogo com o intuito de expressar as particularidades que permeiam a obra e, conseqüentemente, a elaboração do milenarismo de Antônio Conselheiro.

2. UTOPIA, HISTÓRIA E LITERATURA

Esteja nosso ideal no passado, no presente ou no futuro, o conceito de utopia muitas vezes tem alguma influência sobre como conhecemos esse ideal. A sua pré-história é basicamente religiosa, construída por meio de mitos, e sua história atinge o apogeu na modernidade. Desde a *Epopéia de Gilgamesh*, passando pelos Campos Elísios da *Odisseia*, de Homero, o *Gênesis* dos cristãos, além da *Eneida* de Virgílio, de certa forma, aparecem mitos da criação e eras douradas análogas. Com a Utopia, de Thomas More, a tradição reinterpretada por ele representa não uma sociedade perfeita, mas radicalmente melhorada; ele reconhece e combate a possibilidade de degeneração e decadência moral, e o futuro aparece moldado pela ciência, fonte das soluções para os problemas humanos.

Utopias foram imaginadas em detalhes por poetas, filósofos, artistas, arquitetos e reformadores sociais, de modo que a influência da utopia transcorre a história, a literatura, as artes e a arquitetura, além do pensamento religioso e político. A essência de sua exploração do ideal está nos mitos da criação, nos arquétipos do paraíso e do além, em novos mundos e viagens de descoberta, nas eras revolucionárias e no progresso tecnológico, na viagem espacial e na ficção científica.

Uma característica utópica é, por exemplo, a vida perfeitamente feliz deslocada do tempo e espaço. A primeira ocorrência desta vida ideal é encontrada no poema *Os Trabalhos e os Dias* do poeta grego arcaico Hesíodo (século VIII a.C.). Hesíodo recorda a primeira idade ou era dos homens, a “Idade do Ouro”, quando os primeiros homens eram feitos de ouro e governado pelo deus Cronos, mil anos antes da Guerra de Troia.

Se queres, com outra história esta encimarei; bem e sabiamente lança-a em teu peito! [Como da mesma origem nasceram deuses e homens.] Primeiro de ouro a raça dos homens mortais criaram os imortais, que matêm olímpias moradas. Eram do tempo de Cronos, quando no céu este reinava; como deuses viviam, tendo despreocupado coração, apartado, longe de penas e misérias; nem temível velhice lhes pesava, sempre iguais nos pés e nas mãos, alegravam-se em festins, os males todos afastados, morriam como por sono tomados; todos os bens eram para eles: espontânea a terra nutriz fruto, trazia abundante e eles, contentes, tranquilos nutriam-se de seus pródigos bens. (HESÍODO, 1996, p. 31).

A pré-história do conceito utópico, segundo Claeys (2013), é basicamente religiosa, consistindo em mitos da criação e da vida que se espera após a morte, apresentando também “uma dimensão histórica especulativa, tal qual o dilúvio destruidor descrito inicialmente na Epopeia de Gilgamesh (2000 a.C.)” (CLAEYS, 2003 p. 7). Os gregos antigos não tinham um conceito cômico de utopia, e também não formulavam utopias criticamente. Entretanto, desde Hesíodo as duas características fundamentais do conceito moderno de utopia podem ser identificadas. A primeira é o ideal de uma vida abençoada e perfeita, próspera e imune aos problemas; a segunda é o ideal de um estado perfeito, no qual a paz e a justiça preponderam.

A República (370 a.C.) e *As Leis* (360 a.C.) de Platão também apresentam possíveis modelos de pensamento utópico que se mostraram imensamente influentes em eras posteriores. Uma das principais proposições era que a riqueza concentrada nas mãos da classe dominante corrompia. Na República, como narrado por Platão, Sócrates propôs que os governantes adotassem uma existência comunal e evitassem a busca de riqueza, sendo sustentados pela população geral. Segundo Coelho Neto, é a partir de Platão e Sócrates que há uma sistematização de um esboço utópico ocidental:

O projeto utópico instaurador de toda uma série, nesta cultura, e que mesmo não sendo o primeiro cronologicamente é o primeiro a apresentar-se sob a forma de um sistema, ordenado e extensivo, foi o de Platão. Formulado no século IV a.C., o programa platônico alicerça-se em três de suas obras: *A República*, que descreve a Cidade dos Homens, a *polis* ideal; *As Leis*, onde se retrata uma sociedade sob o império da lei, mais do que uma sociedade ideal; e *Crítias*, um diálogo inacabado onde se faz menção à Atlântida. Sem dúvida, porém, todos os escritos de Platão estão implicados no projeto, na medida em que sua preocupação básica era com os modos de se encontrar os caminhos para uma vida melhor em comunidade. (COELHO NETO, 1985, p. 20).

Em geral, pode-se afirmar que a utopia representa uma correção ou uma integração ideal de um sistema político, social ou religioso existente. Essa correção pode permanecer, como muitas vezes aconteceu e acontece, no estado de simples aspiração ou sonho genético, resolvendo-se em uma espécie de evasão da realidade vivida. Retomando o sentido da palavra utopia, com sua origem do grego, outras obras já tinham demonstrado de que forma o desgosto e a esperança poderiam ser aliados da imaginação: *A república*, de Platão, e *Reino do sol*, de Caio

Blóssio, são obras que comprovam que desde a Antiguidade, pelo menos, a humanidade almeja um lugar diferente, e melhor, do que aquele em que vive.

O termo utopia surge em 1516, quando Thomas More publica um pequeno livro intitulado *Utopia (De Optimo Reipublicae Statu deque Nova Insula Utopia (Sobre o melhor estado de uma república e sobre a nova ilha Utopia))*. Público variado, nos gostos e na cultura, tem dado à obra interpretações as mais diversas. Assim, a cada nova leitura, o desafio lançado pelo autor no seu tempo prolonga-se e alarga-se, prometendo ser um contínuo através do futuro. Marilena Chauí, por exemplo, destaca três aspectos curiosos sobre a palavra utopia:

O primeiro é que foi inventada no século XVI por Thomas More — *Utopia* é o título de uma obra escrita por esse filósofo —, porém passou a ser empregada para designar narrativas e discursos muito anteriores, como, por exemplo, a cidade ideal na *República* de Platão, ou o projeto arquitetônico da cidade perfeita traçada pelo geômetra e astrônomo grego Hipodamos de Mileto. [...]. Segundo, diz respeito ao sentido dessa palavra. Em grego, *tópos* significa lugar e o prefixo “u” tende a ser empregado com significado negativo, de modo que *utopia* significa “não lugar” ou “lugar nenhum”. Aliás, numa carta a Erasmo, Thomas More, inventor da palavra, enfatiza que a emprega no sentido negativo ou do “lugar nenhum”. [...] O terceiro aspecto curioso, que, aliás, nos concerne diretamente, refere-se à afirmação, hoje corriqueira, sobre o declínio ou o fim da utopia, decorrente do fracasso das revoluções socialistas, do refluxo do movimento operário mundial e do descrédito que pesa sobre o marxismo. Isso é curioso porque, como sabemos, Marx criticou as utopias e Engels escreveu uma pequena obra intitulada *Socialismo utópico e socialismo científico*, na qual comparava e opunha duas concepções do socialismo e, como Marx, recusava o socialismo utópico. (CHAUÍ, 2008, p.7).

A utopia, segundo Claeys (2013), explora o espaço entre o possível e o impossível, pois embora esteja “tingida com o desejo por finalidade, por absoluto e por perfeição”, a utopia não é “impossível”, nem mesmo está “em lugar nenhum”, já que esteve “em algum lugar ao longo de boa parte da história, mesmo antes de o próprio conceito existir”. (CLAEYS, 2013, p. 15). O sentimento utópico nasce de um acentuado descompasso entre o que é e o que deveria ser, pelo menos no ponto de vista do utopista, daquele que apreende esse descompasso e formula o projeto utópico. O utopista não vê evasão ou solução para a realidade que se lhe impõe, o que o faz diferente de um reformador. Coelho Neto destaca muito bem essa constante histórica da utopia:

A imaginação utópica é assim, inerente ao homem; sua presença nas sociedades históricas, uma constante. Não se trata, portanto, de um componente da estrutura psíquica do homem cuja existência e

aparecimento tenham sido provocados por circunstâncias desta ou daquela época, por características insatisfatórias das sociedades deste momento ou de uma ou outra ocasião do passado. Não: esteve sempre presente, pelo menos, como se disse, sob a forma de um excedente utópico, uma vez que o realizado nunca está à altura do projeto humano; e, se por descuido estiver, de imediato surge um complemento ou um suplemento por realizar. (COELHO NETO, p. 14, 1985).

Há então, por meio das crenças e lendas, uma imaginação utópica que indica um lugar melhor, desde as sociedades primitivas, desembocando no pensamento religioso rumo ao encontro da felicidade, já que “entre as sociedades históricas, como as que originaram esta civilização, as formas do pensamento religioso encarregam-se de servir como veículos primeiros para a imaginação utópica”. (COELHO NETO, p. 15, 1985).

A natureza do pensamento religioso, aliada à ideia de utopia, está ligada à noção de messianismo e milenarismo. Este se fundamenta na crença de que a segunda vinda de Cristo à Terra se daria no ano 1000 e então se iniciaria o milênio (o reino de Deus na Terra), que duraria mil anos, marcado pela crença na possibilidade de um período de felicidade, justiça e paz. Aquele tem origem com a religião judaica, fundamentado na crença da vinda de um Messias, redentor humano para Israel, eleito por Deus, e para toda a humanidade, por intermédio de Israel. Essas duas correntes têm em comum o aspecto de um fim iminente deste mundo e de suas injustiças, por meio da instauração de um outro mundo perfeito, sem desigualdades. São arquétipos cristãos moldados pela dualidade entre paraíso e inferno, além da construção da ideia de milênio e apocalipse.

O utopismo ocidental tem raízes firmes no cristianismo, assim como no pensamento clássico. No cristianismo, as aspirações apoiam-se em duas imagens específicas: o Éden, o local de nascimento original da humanidade; e o paraíso, a destinação final que o crente espera ter. O utópico cristão mais famoso foi, é claro, Jesus Cristo. A possibilidade de seu retorno enlevou crentes ao longo de muitas eras, estimulando uma variedade de formas de crença milenar e, por fim, um ideal pós-milenário de progresso secular. (CLAEYS, 2013, p.29).

A crença em uma radical transformação da ordem social e a organização célere do milênio foi comungada por inúmeros movimentos de revolta ocorridos na Europa, a partir do século XIII – os anabatistas, os seguidores de Munzer, os *diggers*. O milenarismo revolucionário da Idade Média atraiu primordialmente as pessoas que viviam à margem da sociedade, sem qualquer organização nas aldeias,

corporações ou comunidades, como os camponeses sem terra, pedintes e trabalhadores desqualificados. Delumeau (1978) constata que toda concepção milenarista tinha uma atenção principal em relação à vida: o reino ideal significava, especialmente, o fim da miséria e dos sofrimentos, o fim das doenças, da desigualdade e exploração do homem pelo homem.

O mito cristão do Éden é fonte de boa parte da tradição utópica ocidental, reforçado principalmente pelas descrições do além, simbolizadas pela ideia de paraíso e inferno. De acordo com Claeys (2013), em uma visão herdada do judaísmo e do zoroastrismo, entre outras fontes, e incorporada ao Velho Testamento, o paraíso foi, de início, muito associado ao Éden. Tanto o paraíso quanto o inferno foram concebidos, organizados e estruturados com um modelo:

A hierarquia celeste, pelo menos conforme constituída no período medieval (os relatos variam), consistia de três esferas de anjos: serafim, querubim e trono; domínios, virtudes e poderes (os guardiães da história – em um relato, Satã é o chefe deles); e principados, arcanjos e anjos. [...] No inferno, as coisas são um tanto diferentes. Distinto do submundo babilônico, que era moralmente neutro por conter todos os mortos, o inferno cristão é habitado apenas por malfeitores e seus torturadores. (CLAEYS, 2013, p. 36).

Segundo Claeys (2013), variações sobre paraíso e inferno também existem nas tradições nórdicas, americana nativa, islâmica, hindu e outras. Isso desmistifica o desígnio da utopia como tradição especificamente ocidental presente somente no pensamento clássico europeu e no judeu-cristianismo. Movimentos milenaristas de resistência ao imperialismo tornaram-se comuns a partir do século XVIII. A restauração das aspirações utópicas em tradições não cristãs “aumentaram muito no século XIX, quase da mesma forma que o utopismo europeu surgiu em parte como consequência do declínio de formas mais igualitárias e comunais de propriedade pastoral”. (CLAEYS, 2013, p. 39). Não obstante, pelo panorama cristão, o milênio constitui uma representação conotativa e alegórica das profecias referentes ao reino messiânico, com base no Apocalipse de São João.

E mesmo na Ilha da Utopia, com sua rotina marcada por harmonia, há entre seus habitantes uma crença de algo melhor que os aguarda no porvir.

Os utopianos creem, pois, em uma vida futura, onde castigos são preparados para os crimes e recompensas para as virtudes. Não dão o nome de homem àquele que nega essas verdades e que rebaixa a natureza sublime de sua alma à vil condição de um corpo de animal; com mais forte razão, não o honram com o título de cidadão,

persuadidos de que, se o tal não estivesse amarrado pelo temor, calcaria aos pés como flocos de neve os hábitos e as instituições sociais. (MORE, 2010 p. 93).

Apesar de More tratar também das religiões da Utopia, em sua obra o caminho da perfeição é político. Simbolicamente, a Utopia é antítese da Inglaterra, criando assim a relação entre a utopia e a história. Segundo Andrade, “a ilha de Utopus e a ilha de More se entrechocam”:

trata-se de uma fábula na qual estão inseridos os princípios de sociedade humana, perfeita. Sociedade fundamentalmente racional que, por si só, constitui-se em uma referência crítica aos males e injustiças que se deviam corrigir. A análise da obra, através dos séculos, tem levado os pensadores por caminhos diametralmente opostos. Assim, enquanto Comte confiou à Utopia a tarefa de melhorar as instituições políticas e de desenvolver as ideias científicas, Marx e Engels consideraram utopistas as formas que o socialismo tinha assumido, contrapondo a elas o socialismo científico que prevê a transformação infalível do sistema capitalista em sistema comunista, mas exclui qualquer previsão sobre a forma que a sociedade coletiva poderá assumir. (ANDRADE, 2010, p.6).

A utopia existe dentro da história como texto e como ideia. Surge a partir da história e se projeta para fora dela, sempre mantendo uma grande interação, de modo que o texto literário, um produto do imaginário social, pode eventualmente promover uma alteração da própria história, no sentido de que pode levar as pessoas a agirem e transformarem o mundo em que vivem. Aqui há duas questões importantes: primeiro a da indissociabilidade entre utopia e história e, segundo, a possibilidade de se enxergar a utopia como projeto de transformação da sociedade.

Apesar de as utopias estarem sempre alojadas quer em um espaço, quer em um tempo diferente daquele em que vive o utopista, é possível apreender, nelas, traços e preocupações inerentes àquela realidade que se pretende negar. É como afirma Chauí (2008, p.9): “A utopia, ao afirmar a perfeição do que é outro, propõe uma ruptura com a totalidade da sociedade existente (outra organização, outras instituições, outras relações, outro cotidiano)”.

Nas utopias, as dimensões histórica e literária não são mutuamente excludentes, mas coexistem e geram uma tensão interna que enriquece o texto. A literatura utópica está fundada na história ao mesmo tempo em que pode transformá-la. Não é mera representação ou espelhamento, tampouco um projeto perfeitamente delimitado e exclusivamente histórico. Chauí cita um traço utópico

ausente na obra de More, porém presente na obra de Bacon, *Nova Atlântida*; esse traço é o “progresso do saber” formador do “progresso da ciência”.

Se em Utopia é a política o elemento decisivo – isto é, a figura do legislador e do governante justo que guia a democracia direta -, com a Nova Atlântida, o racionalismo e o experimentalismo científicos passam a integrar o discurso utópico, articulando intrinsecamente a cidade ideal e a ciência -, isto é, o progresso do saber é o elemento decisivo e determina as obras utópicas posteriores. (CHAUÍ, 2008, p.11).

Assim, segundo a autora, “a partir do século XVIII e, sobretudo do século XIX, na cidade utópica, as máquinas farão todo o trabalho, deixando aos homens o tempo para cultivar o espírito e o corpo” (CHAUÍ, 2008, p.11). E é essa nova dimensão utópica que dará, segundo a autora, origem a um novo gênero literário, a ficção científica.

A ficção científica surgiu como gênero no século XIX e serve-se principalmente do impacto da ciência – imaginário ou real – na vida das pessoas; há a extrapolação bem informada e cuidadosa de princípios e fatos científicos, bem como também se pode tratar de áreas imaginárias contraditórias a tais princípios. Skorupa destaca o início da ficção científica:

Na Europa, em fins do século XIX manifestou-se a primeira consciência de algo novo. Os trabalhos de Wells e Verne foram intitulados, respectivamente, Romance Científico e Antecipação [...]. A marcação do início da ficção científica a partir de Verne e Wells foi adotada largamente, pois assim são resolvidas as características dissonantes, embora não contraditórias, no retrato da velocidade do progresso científico entre modernos e precursores, na linha da tradição [...]. A linha temática ancestral da tradição, percorrendo um caminho que acompanha os avanços da ciência, serve de apoio intelectual para que, desembocando em Verne e Wells, conceda-lhes autoridade e representatividade para se tornarem os fundadores da ficção científica. (SKORUPA, 2002, p. 24-25).

A utopia, vista pelo viés do messianismo, da política ou da ficção científica, é simultaneamente projeto, literatura e história, numa tensão entre a ficção, pura e simplesmente, e a realidade possível. Afinal, da mesma forma que as obras literárias contêm traços marcantes da história, os textos dos historiadores podem denotar ares literários, de forma que sua narrativa alcance mais leitores e cumpra seu importante papel social. Um ponto essencial de distinção é que para a História são fundamentais os esforços de demonstração, enquanto a Literatura não tem porque

se inquietar com isso. A Literatura pode partir diretamente da realidade, mas para a História isso é necessário, não somente uma possibilidade.

A literatura cria a mediação entre o universo real e o fictício por meio de um caminho traçado pelo ato comunicativo que encontra na empiria o seu substrato. No entanto, como acontece nos contos utópicos, assim como na maioria das narrativas, há uma construção de um universo distinto da realidade concreta que, “vivenciada por personagens situadas em determinado tempo e espaço, instituem um universo fictício como se fosse real”. (SARAIVA, 2001, p.52).

A partir do momento em que o texto literário apresenta-se como uma reelaboração da realidade – exemplo cabal das utopias como realização de algo melhor ou melhorado – é possível realizar uma correspondência com o mundo real e, portanto, situá-la “no plano do possível e do crível, sendo, por essa razão verossímil em vez de verdadeiro”. A verossimilhança da narrativa literária torna-a passível de ser acreditada, uma vez que a literatura “como todas as artes, enraíza-se na sociedade humana de forma a revelar não apenas a essência de existência dos homens, mas também o seu modo de vida e os valores dos diferentes momentos históricos”. (SARAIVA, 2001 p.55).

A História sempre tem que apontar para o real, para o factível. O fato é fundamental. Para a Literatura essa seria uma exigência absurda. Segundo Lima (1989), “a proximidade que a narrativa estabelece entre a escrita da história e o discurso ficcional não determina que a história seja um gênero do segundo”. Pois, na história,

[...] a ficção se torna um meio auxiliar, válido enquanto suscita questões a serem testadas; na ficção, o material histórico entra para que permita a revisão do seu significado, que adquire a possibilidade de se desdobrar em seu próprio questionamento. (LIMA, 1989, p. 106).

Pode-se incluir a utopia neste debate considerando que ela é uma intersecção de gêneros, especialmente literatura e projeto político. Assim, o estudo das utopias pode contribuir para a compreensão das relações entre História e Literatura, ajudando tanto na reflexão sobre as diferenças entre uma e outra como na explicitação de suas semelhanças.

Por conseguinte, uma análise de Conselheiro, considerando as características do milenarismo, adentra as condições sociais, políticas e econômicas nas quais

vivia. É uma questão histórica, já que a sua conduta deve ser analisada à luz dos acontecimentos, influenciadas pelas ocorrências e pela mentalidade do homem da época. De acordo com Calasans, para justificar sua posição contra a República, Conselheiro explica que “a República era obra do diabo, acrescentando que se Deus, através da Princesa Isabel, realizara o grande ato de libertar os escravos, o diabo, para se vingar, proclamara a República”. (CALASANS, 1998, p. 9). Essa reação contrária ao advento da República estava diretamente associada ao milenarismo de Conselheiro, de modo que em seus próprios escritos, havia uma alusão sugerindo que “a mil e tantos pode ir, mas a dois mil não chegará”.

Enfim, a relação de Conselheiro e de Canudos com o messianismo também era aceitável. Conselheiro tornou-se um messias que anunciava um mundo novo e de riqueza. Há proselitismo nas cartas de um jagunço ao anunciar “venha para aqui, que esta é a Barca de Noé e não outra, porque é aqui que se fará a salvação contra a República”. Dessa situação emergia a “pregação messiânica, a salvação da terra e o domínio do Éden pela gente da terra, que se faria no próprio Canudos onde estavam”. (CALASANS, 1998, p. 170). Logo, o messianismo e o milenarismo estavam assim estabelecidos, em uma versão sertaneja, imbuídos pela busca da felicidade e da ventura, numa realidade marcada pela visão de Conselheiro e de seu povo.

3. A REPÚBLICA VELHA: O INÍCIO CONTURBADO

À época da escrita de *Os Sertões*, vivia-se o período da República Velha, período da Belle Époque, destacado por Sevcenko no primeiro capítulo do livro *Literatura como Missão*, cujo título, *A inserção compulsória do Brasil na Belle Époque*, destaca como o Brasil foi impelido a adentrar essa conjuntura, especialmente na capital, Rio de Janeiro.

Eixo principal das ações políticas, na capital é que as mudanças do período foram sentidas mais intensamente, principalmente a reforma urbana, num movimento de reconstituição da cidade.

A situação era realmente excepcional. A cidade do Rio de Janeiro abre o século XX defrontando-se com perspectivas extremamente promissoras. Aproveitando de seu papel privilegiado na intermediação dos recursos da economia cafeeira e de sua condição de centro político do país, a sociedade carioca viu acumular-se no seu interior vastos recursos enraizados principalmente no comércio e nas finanças, mas derivando já também para as aplicações industriais. (SEVCENKO, 1985, p. 27).

Essa prosperidade carioca de então foi marcada por uma reforma que retirou das áreas centrais da cidade grande parte da população, que foi morar nos subúrbios da cidade. Somadas ao contingente de mão de obra excedente originário da abolição, essas pessoas formaram uma massa de desocupados que viviam em condições precárias, configurando aquilo que Sevcenko nomeou de “inferno social”.

O Rio de Janeiro do início da República era um palco não somente de transformação do espaço público, como também do modo de vida e da mentalidade nacional. De acordo com Sevcenko, foram quatro os princípios fundamentais dessa metamorfose:

[...] a condenação dos hábitos e costumes ligados pela memória à sociedade tradicional; negação de todo e qualquer elemento de cultura que pudesse macular a imagem civilizada da sociedade dominante; uma política rigorosa de expulsão dos grupos populares da área central da cidade, que será praticamente isolada para o desfrute exclusivo das camadas aburguesadas; e um cosmopolitismo agressivo, profundamente identificado com a vida parisiense. (SEVCENKO, 1985, p. 30).

O delineamento civilizador projetado nacionalmente manteve o modelo francês de civilidade como princípio para os representantes das elites brasileiras, comprovando a presença branca como necessária e superior, à medida que os

outros indivíduos eram catalogados como elementos vergonhosos de um decurso que aconteceu com o aportar dos portugueses na terra nova. Desta forma, o resto da população não se identificava com a unidade nacional que se formava, contemplando o espaço público em sua afirmação simbólica sem estabelecer um contato razoável com as mudanças operadas no Estado.

As mudanças drásticas do modo de vida, no início do século XX, bem como a última década do século XIX, foi resultado da Segunda Revolução Industrial, conhecida também como Revolução Científico-Tecnológica. Sevckenko afirma que “resultando da aplicação das mais recentes descobertas científicas aos processos produtivos, ela possibilitou o desenvolvimento de novos potenciais energéticos, como a eletricidade e os derivados de petróleo [...]” (SEVCENKO, 1998, p. 8-9). Isso desencadeou a origem de novas indústrias, que originaram uma variedade de novos produtos. Não obstante, Sevckenko ressalta que “não era só uma questão da variedade de novos equipamentos, produtos e processos que entravam para o cotidiano”, mas também que “o mais perturbador era o ritmo com que essas inovações invadiam o dia a dia das pessoas, principalmente no contexto desse outro fenômeno derivado da revolução, as grandes metrópoles modernas.” (SEVCENKO, 1998, p. 10).

Todavia, Schwarcz destaca que o Brasil, de modo geral, ainda se mostrava distante do desenvolvimento científico da época, o que afetava a vida social do país, pois “em uma economia ainda aferrada aos serviços e negócios de exportação agrária e uma industrialização incipiente, o resultado foi uma vida urbana marcada pela instabilidade [...]”. Segundo a autora, esse cenário desencadeou “crises cíclicas de carestia e aumentos constantes nos preços dos gêneros alimentícios ou nos custos de moradia, transporte e aluguel.” (SCHWARCZ, 2012, p.39).

A situação de instabilidade generalizada da Primeira República foi ampliada pela eclosão das duas maiores guerras civis da história do Brasil: a Revolução Federalista do Rio Grande do Sul e a “guerra do fim do mundo”⁴, ocorrida em Canudos, no sertão da Bahia, de agosto de 1896 a outubro do ano seguinte, na qual

⁴ Mario Vargas Llosa passou vários meses no sertão de Canudos, procurando inspiração e escrevendo os primeiros rascunhos do romance *A guerra do Fim do Mundo*, publicado em 1981, releitura voraz e premiada do autor sobre o episódio de Canudos, no qual há uma intercalação de personagens reais e fictícios. Para conhecer mais sobre essa obra de Llosa, ler o artigo intitulado: *A Guerra do Fim do Mundo de Mario Vargas Llosa apresenta a carnavalescação de Canudos*, de Daniela Barbosa de Oliveira, disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300888303_ARQUIVO_TextoAnpuh.pdf

milhares de sertanejos, seguidores do beato Antônio Conselheiro, foram massacrados pelo exército republicano.

Diante de tantas transformações, principalmente urbanas, o sertão ainda permanecia ausente nos mapas. Havia, consoante a um discurso característico da modernidade excludente e autoritária que se formava no Brasil, a negação do sertão como terra incógnita e decadente. Era o país marcado desde então pela desigualdade.

Por um lado, estavam os novos cenários urbanos, com seus senhores e senhoras vestidos à última moda de Paris, automóveis, edifícios, restaurantes, teatros, lojas variadas e todo tipo de traquitana adequada a esses novos tempos que pareciam ter pressa. Por outro, encontrava-se o sertão longínquo, espécie de “parte esquecida do país”, o qual, ao lado do passado escravocrata, afigurava-se aliado da memória da época. Lá viviam indígenas, libertos, mulatos... uns deserdados, uns desterrados em sua terra”. A marginalização das populações do interior diante das transformações impostas em nome do progresso não foi ignorada. Não por acaso, em *Os Sertões* (1902), possivelmente o livro mais emblemático dessa geração da virada do século XIX para o XX, Euclides da Cunha desabafou: “Estamos condenados ao progresso.” O progresso parecia inevitável, mas certamente não se aplicava a todos. Se ele era mesmo obrigatório e dele não se escapava, para países como o Brasil parecia uma danação. (SCHWARCZ, 2012, p. 39-41).

A jovem nação republicana sentia os reflexos do progressivo curso inflacionário, resultando na multiplicação da pobreza e um rebaixamento das condições de vida. Porém, mesmo havendo problemas, “a atmosfera geral era de euforia, assim como pairava a certeza, por parte das novas elites que ascenderam com a República, de que o Brasil “andava a braços” com os novos ditames do capitalismo, do progresso e da civilização”. (SCHWARCZ, 2012, p. 39). Essa situação dicotômica gerou críticas a intelectuais e elites políticas, que questionavam “como o Brasil podia ser tão pobre e atrasado se seu território era tão rico”. (OLIVEIRA, 1990, p. 146). Diante dos debates, a mesma autora salienta que, dois elementos que faziam parte da receita para a cura dos males brasileiros eram amplamente discutidos na época: educação e saúde, e cita intelectuais, que evidenciaram essa pauta, dentre eles Euclides da Cunha:

A questão da saúde ganhou expressão em torno da figura construída por Monteiro Lobato para exprimir o homem do interior brasileiro – o Jeca Tatu. O debate para saber se o Jeca era preguiçoso, atrasado, incapaz e indolente porque era assim, ou se estava assim devido às suas condições de saúde marcou a segunda metade da década de 1910. [...] A questão

teve sua importância ressaltada também através das campanhas de saneamento. Nos últimos quinze anos da Primeira República, o saneamento, envolvendo a vontade de resgatar do abandono o homem do sertão – numa linha que começa com Euclides da Cunha – marcou uma ação reformista presente na formulação de uma política de saúde pública no Brasil. [...] A educação, por sua vez, é um tema recorrente nas pregações de Olavo Bilac. Ainda que seus discursos tenham encontrado ressonância nas fileiras militares, a educação estava sendo privilegiada como elemento central no processo de construção da consciência do cidadão. Bilac, assim como Manoel Bonfim, integrava o panteão de homens de mentalidade ilustrada que viam na educação a chave para a salvação nacional. (OLIVEIRA, 1990, p. 146).

Havia uma atmosfera de opiniões relativas ao progresso. Por conseguinte, de acordo com Oliveira (1990), durante os derradeiros anos imperiais e primeiros anos da República no Brasil, a proliferação em relação a um pensamento moderno foi moldada por influência de pensadores franceses (influenciados pelo pensamento inglês e alemão):

O pensamento dos autores que produziram seus trabalhos entre 1870 e 1914 foi dominado pelo sentido da atualização, de modernização. Roque Spencer Maciel de Barros usa o termo “ilustração” para caracterizar estes homens que queriam iluminar o país através da ciência e da cultura. Segundo eles, os problemas nacionais, provocados pela ignorância, só poderiam ser sanados por uma reação “científica”. Seu projeto era colocar o país ao nível do século, superar seu atraso cultural e acelerar sua marcha evolutiva a fim de que o Brasil pudesse alcançar a parcela mais avançada da humanidade. Outro traço que caracterizava essa geração era um “esforço de universalização”, em oposição à busca de singularidade, marca do romantismo. (OLIVEIRA, 1990, p. 81).

Entretanto, essas ideias serviram, infelizmente, apenas aos interesses das elites rurais e das lealdades pessoais, sem informar a sociedade de suas novas regras de participação política ou da liberalização do espaço público. Era a consolidação de um estado autônomo, que segundo as interpretações de Faoro (1975), sustenta-se na ordem patrimonial e na dimensão da dominação burocrática deste poder como herança colonial. Um exemplo nítido é que, para validar a reestruturação urbana do Rio de Janeiro, houve um movimento de destruição da cidade velha, e as pessoas pouco ou nada podiam fazer para frear esse processo:

Iniciou-se então o processo de demolição das residências da área central, que a grande imprensa saudou denominando-o com simpatia de a “Regeneração”. Para os atingidos pelo ato era a ditadura do “bota-abaixo”, já que não estavam previstas quaisquer indenizações para os despejados e suas famílias, nem se tomou qualquer providência para realocá-los. Só lhes cabia arrebanhar suas famílias, juntar os poucos bens que possuíam e

desaparecer de cena. [...] Era a disseminação das favelas. (SEVCENKO, 1998, p. 23).

Havia, em tal caso, um contraste entre o chamado modelo delineador de civilidade e uma realidade marcada pelo caos social, político e econômico. Nessa situação, o Brasil adentrou no século XX da maneira mais alvoroçada possível. No mesmo dia em que a República foi proclamada, foi instituído o Governo Provisório, cuja função foi a responsabilidade da transição para o novo regime; formado por uma elite militar e civil heterogênea, este foi marcado por disputas e incompatibilidades. O primeiro decreto do governo foi estabelecer no Brasil uma República Federativa, e as províncias tornaram-se Estados:

[...] a República implicou a criação de um poder soberano diferente do existente no Império, comprometido não só por seu fundamento hereditário, mas também por ter uma elite dirigente herdeira da colonização portuguesa. O processo de construção de uma República envolveu a construção de uma nova soberania. A teoria da soberania – a ideia de um poder que constitui a comunidade política – pressupõe o poder do Estado além e acima de qualquer outro poder. Os indivíduos, ainda que congregados geograficamente, não são por si só um corpo político: é necessária uma instância que os coordene e os unifique. É o poder soberano que constitui a comunidade política. (OLIVEIRA, 1990, p.88).

Na instituição da Primeira República, havia duas correntes muito fortes: a primeira “avaliava positivamente o passado colonial e imperial, [...] a nacionalidade simbolizava a defesa e a valorização do singular”, enquanto que a outra “via a República como ruptura necessária com o passado português corporificado no regime monárquico”. (OLIVEIRA, 1990, p. 23).

Devido às incertezas da sedimentação do poder na nova República -- a substituição do antigo Poder Moderador --, ocorreu a instituição de uma Ditadura Militar, dos governos de Deodoro da Fonseca (1889-1891) e Floriano Peixoto (1891-1894). Esse foi um período marcado por desestabilização do Exército, lutas oligárquicas regionais, alta rotatividade de governos estaduais, enfim, um tempo crítico e preocupante para uma nação que estava moldando seus ideais de autodeterminação política. A Constituinte foi instalada em dois de novembro de 1890, e presidida por Prudente de Moraes, líder dos republicanos paulistas e futuro presidente -- primeiro civil --, iniciando a construção da ordem política oligárquica da época.

A indisposição para com a hegemonia e o projeto político dos paulistas vinha desde a sua origem, quando Prudente de Moraes, na sua gestão (1894-98), deu início à sucessão civil dos governos militares que haviam fundado a República: o de Deodoro (1889-91) e o de Floriano Peixoto (1891-94). Mas foi sem dúvida com a gestão de Campos Sales (1898-1902) que essa oposição começou a ganhar foros de dramaticidade. Se o objetivo maior de Prudente de Moraes fora participar e extinguir as turbulências revolucionárias desencadeadas pelos governos militares e que impediam a consolidação das novas instituições republicanas, o de Campos Sales foi o de recuperar o país do descalabro econômico em que as aventuras fiduciárias (Encilhamento) e as agitações militares (Revolta da Armada, Revolução Federalista, Canudos) o haviam submergido. (SEVCENKO, 2010, p. 56).

O processo modernizador do Brasil criou um descaso generalizado em relação à população mais pobre. Eram operários, indígenas e sertanejos, conjuntamente aos novos imigrantes que aportavam no novo mundo, que ficaram às margens das tantas novidades marcantes da Belle Époque. Schwarcz lembra que “foram os movimentos sociais, os levantes messiânicos e milenaristas – como Contestado, Juazeiro e Canudos --, que estouraram em distintas regiões do país, que parecem expressar esse lado mais sombreado da lua”. (SCHWARCZ, 2012, p. 54). Por conseguinte, a autora distingue o livro *Os Sertões* como um “clássico definidor dos grandes abismos populacionais existentes no Brasil”:

Foi no final de 1896 que se iniciou o conflito armado de maior visibilidade do início da República, prontamente transformado em bode expiatório nacional. A rebelião opôs, de um lado, a população de Canudos, arraial que cresceu no interior da Bahia, e, de outro, o recém-criado governo da República. Enviado como repórter pelo jornal *O Estado de S. Paulo* à região em litígio, o engenheiro militar Euclides da Cunha lá permaneceu durante as três semanas finais do conflito, tendo presenciado o dramático desfecho da guerra, quando os sertanejos foram literalmente massacrados. Se o jornalista partiu certo dos progressos ilimitados da civilização, voltou assolado por dúvidas, incertezas e muitos silêncios. Tanto que, cinco anos mais tarde, publicou *Os Sertões*, livro que obteve repercussões tão amplas quanto o evento histórico lá narrado. Ali se descrevia, nas palavras do autor, um massacre, uma grande incompreensão. Afinal, mais do que milhares de quilômetros, o que afastava a capital dos sertões era um abismo cultural e temporal. (SCHWARCZ, 2012, p. 55-56).

Ao destacar a viagem de Euclides da Cunha para trabalhar na Guerra de Canudos, é imprescindível recordar o posicionamento da imprensa na época. Os jornais procuravam incorporar, desde o final do Império, as questões militares com o projeto republicano. De acordo com OLIVEIRA (1990), os militares eram apresentados como os verdadeiros responsáveis pelo destino do país e como o único reduto do patriotismo. Raul Pompéia foi um dos republicanos que

estabeleceram a identificação entre o país, o exército e o povo. Nos últimos momentos do regime monárquico, a questão que mobilizava o exército era “forjar o soldado-cidadão e não o cidadão-soldado”, experiência já vivenciada pela criação da Guarda Nacional de 1831. “Agora o Exército se identificava com o novo regime e com o povo e, desempenhando o papel de salvador da República, corporificava a honra nacional”. (OLIVEIRA, 1990, p. 89).

Além da questão dos militares, e sua importância nos primórdios republicanos da nação, a autora ainda destaca que, “frente a esta luta no campo ideológico entre conservadores monarquistas e progressistas republicanos, situa-se também a presença da intelectualidade cientificista da época” (OLIVEIRA, 1990, p. 24), marcada pela abrangente discussão sobre a questão das raças, ponto característico da narrativa de *Os Sertões*, principalmente na segunda parte do livro, cujo foco é o homem. É inserida nessas questões nacionais tão intensas que a obra de Euclides da Cunha logrou tornar-se “um livro de ciência e de paixão, de análise e de protesto”. (BOSI, 2006 p. 309).

4. OS SERTÕES: LIVRO DE CIÊNCIA E DE PAIXÃO

Obra estruturada em três partes, *Os Sertões* é considerada por muitos estudiosos como a primeira narrativa brasileira significativa que se contrapõe à visão ufanista e ingênua do país. A Terra – 1ª parte – pode ser vista como um estudo geográfico do sertão, escrito em forma literária. O Homem – 2ª parte – pode refletir-se como um texto antropológico. A Luta – 3ª parte – narra a batalha entre um litoral desenvolvido e um interior atrasado. O mérito de *Os Sertões* é vasto, e pode-se apontar “no Euclides manipulador do verbo o contemporâneo de Rui e de Coelho Neto, o leitor intemperante do dicionário à cata do termo técnico ou precioso”. (BOSI, 2006, p. 308).

Os editores, ao imprimir e lançar o livro, não estavam publicando uma grande obra literária, mas uma reportagem cientificamente fundamentada sobre a tragédia de Canudos, escrita por aquele que testemunhou a última fase dela. A casa editora que lançou *Os Sertões* não publicava literatura, mas, segundo a tradição, obras “científicas e sérias”. A riqueza cultural, embora indispensável ao estudo da obra, não exaure a riqueza de suas matrizes e a abertura a mais de uma perspectiva é o modo próprio de encará-la. É um livro inexaurível devido à sua fecundidade e possibilidades de interpretações.

Os Sertões é uma obra que reflete as indagações de Euclides da Cunha em relação à sua experiência direta com o meio físico e com o homem do sertão. De acordo com Galvão (CUNHA, 2010, p. 376), para responder a suas indagações, o autor usou de toda sua “gama de saberes”, que iam “do determinismo do inglês Henry Thomas Buckle e do francês Hippolyte Taine, fundamentais para o esquema do livro, com a abordagem de raça, meio e momento”, além de atravessar pelo “evolucionismo spenceriano, o darwinismo racial e o positivismo de Comte e Littré”. A divisão do livro em três partes é correspondente às divisões apontadas por Taine: “A terra”, “O homem” e “A luta”.⁵ Esse modelo também foi seguido por Sílvio

⁵ Teoria aplicada ao movimento artístico realista, cunhada pelo autor originalmente em sua obra: *História da literatura inglesa* (1863). Hippolyte Taine, filósofo e historiador francês, considerou em sua teoria determinista que a criação artística é o resultado da influência de três fatores principais: o meio, ou o ambiente geográfico e físico; a raça, responsável pelas disposições hereditárias e inatas; e o momento, resultante das duas primeiras causas. Cf. artigo: História da literatura: um projeto romântico com respaldo cientificista, de Maria Elizabeth Chaves de Mello (UFF), disponível em: <http://www.ppgl.ufpa.br/historia_da_literatura/maria_mello.php>

Romero em sua *História da Literatura Brasileira* (1888), que tomou a literatura do Brasil como expressão da natureza e do povo, explicando o seu surgimento a partir da ação diferenciadora do mestiço. Revisar a obra de Euclides da Cunha é retomar e entender as teorias racistas presentes na época, imprescindíveis para se entender a formação e estruturação da sociedade brasileira nos primórdios da República.

O cientificismo do século XIX interpretava o homem como um objeto em mutação, em um mundo histórico cuja evolução era regida por leis naturais. Todos os valores, fossem eles políticos ou morais, estavam encarcerados no estágio de evolução, e servia-se do critério histórico como padrão de julgamento da conduta humana. De acordo com Oliveira (1990), a "positividade" de um valor dependia de sua conexão com a lei geral da evolução humana. Cumpre notar que "cada cientificista deriva cientificamente da realidade valores completamente diversos" (BARROS apud OLIVEIRA, 1959, p.115) e o chamado espírito cientificista, em sua abrangência, atingia tanto o liberalismo quanto o socialismo.

Uma das expressões do cientificismo, que exerceu uma influência marcante no Brasil, foi o positivismo de Comte, cuja premissa desejava não só integrar o homem no processo de análise da natureza, como também agrupar a totalidade do conhecimento. Sua dinâmica social desejava apresentar uma lei imanente que regulamentava os passos da humanidade.

No plano político, a teoria comteana considerava que a democracia assentava-se na teocracia da teologia e na metafísica. Euclides da Cunha escreveu em 1892 que "seja qual for o regime por vir, traduza-se ele pela proteção constante do indivíduo pela sociedade", ou "pelas inúmeras repúblicas, em que se diferenciara o mundo, segundo acredita Augusto Comte – ele será, antes de tudo, civilizador". (CUNHA, 2003, p. 223). No novo regime – o Estado positivo -- a sociologia seria então o fundamento da sociedade.

A elite intelectual brasileira aceitou essas ideias que possibilitavam deduzir a integração do Brasil na cultura ocidental. O positivismo, o darwinismo, o spencerismo e o materialismo preencheram esse papel; essas correntes assimilavam uma filosofia da história que possibilitou esta integração ao moderno, ao científico, ou ao Estado positivo. Os liberais ilustrados se dividiam em monarquistas republicanos e constitucionais. No entanto, esta distinção realizava-se em relação aos meios, mas não em relação aos fins políticos, pois os dois grupos defendiam a descentralização do governo, o funcionamento de um sistema

representativo e a reforma eleitoral.

Segundo Paredes, *Os Sertões* é uma obra matricial para pensarmos a cultura brasileira, devido à peculiaridade da descrição sobre seu povo, além da complexidade do contraste entre o interior e o litoral – fonte abundante de interpretações:

A interpretação que Euclides da Cunha faz da Identidade Brasileira tornou-se verdadeiramente um clássico e, como tal, sofreu (e sofre) múltiplas interpretações. Obviamente, a cada nova interpretação, novas características de sua obra são postas em evidência. Em minha opinião, em *Os Sertões*, Euclides funda uma compressão da Identidade brasileira a partir da oposição entre Litoral e Interior. Para ele, dois tipos de mestiços havia no país: o do litoral, que vivia sob uma “civilização de empréstimo” e, outro, do interior, que mesmo se afastando dos parâmetros tomados como certos pelo eurocentrismo científico do final do século XIX, apresentava o que mais faltava aos brasileiros do litoral: vínculo à terra. O sertanejo torna-se “antes de tudo, um forte”, como diz Euclides, por estar harmonizado com o sertão, por defendê-lo na luta e não abandoná-lo na seca. Deste modo, além da oposição entre litoral e interior, Euclides também manifesta os problemas de interpretar o Brasil profundo a partir das lentes etnocêntricas do cientificismo de sua época. Euclides percebeu este problema, que de alguma forma, ainda é o nosso problema: fundar uma hermenêutica histórica da cultura brasileira. (PAREDES, 2009, p. 77).

Há no livro o destaque ao homem sertanejo, ao local em que ele vivia, além da violência pela qual passava. São descrições de um povo ainda pouco conhecido pela parca população urbana e letrada do Brasil da época. São tais motivos que alçam o livro como primordial ao entendimento da evolução do pensamento da formação do brasileiro como uma nação ou Estado, e também da formação da sociedade brasileira, como muito precisamente destaca Antônio Cândido:

Livro posto entre a literatura e a sociologia naturalista, *Os Sertões* assinalam um fim e um começo: o fim do imperialismo literário, o começo da análise científica aplicada aos aspectos mais importantes da sociedade brasileira (no caso, as condições contidas na diferença de cultura entre as regiões litorâneas e o interior). (CANDIDO, 1965, p.160).

Euclides da Cunha anotou o que pôde em suas cadernetas de campo, buscou todo material possível em reportagens de outros jornais, ordens do dia dos militares, relatórios do governo, enfim, amalgamou a maior quantidade possível de informações acerca da batalha para poder escrever um livro que, “pela descrição minuciosa da terra, do homem e da luta, situa-se no nível da cultura científica e histórica”. (BOSI, 2006, p. 309). Considerado como obra do pré-modernismo

brasileiro, tornou-se um clássico absoluto, não somente da Literatura, mas do ideário de um dos capítulos mais importantes da historiografia da nova República brasileira. Alfredo Bosi destaca a complexidade de *Os Sertões*, fator determinante de sua importância:

É moderna em Euclides a ânsia de ir além dos esquemas e desvendar o mistério da terra e do homem brasileiro com as armas todas da ciência e da sensibilidade. Há uma paixão do real em *Os Sertões* que transborda dos quadros do seu pensamento classificador; e uma paixão da palavra que dá concretíssimos relevos aos momentos mais áridos da sua engenharia social. (BOSI, 2006, p. 308).

Os Sertões, além de possuir todos os ingredientes necessários para um grande romance - o caráter épico, as derrotas militares, as tensões dramáticas, a insurreição de miseráveis - fora escrito em estilo inovador e marcante. Recendia a terra e sangue, era agreste e desconhecido como o próprio sertão e principalmente: próxima do real. Como muito bem assinalou Roquette Pinto, em seus *Ensaio Brasileiro*, de 1940, a influência e prestígio da obra foram e continuam a ser surpreendentes.

Percorro toda a nossa história literária e penso que *Os Sertões* serão, no futuro, para o Brasil, o grande livro nacional; o que *D. Quixote* é para Espanha ou *Os Lusíadas* para Portugal; o livro em que a raça encontra a floração das suas qualidades, o espinheiral dos seus defeitos, tudo o que, em suma, é sombra ou luz na vida dos povos. (ROQUETTE PINTO, 1940).

Euclides da Cunha discorreu sobre a geografia e a geologia do sertão, incluindo a vegetação da caatinga e o clima do semiárido, além da problemática das secas que assolam a região. Recriou, numa interpretação laica do *Gênesis*, mundos instáveis e revoltos. Desceu às profundas camadas do solo e recuou até a origem do continente e de seus habitantes, para explicar a irrupção ilimitável do Conselheiro e de seus seguidores. Revisar *Os Sertões* é certeza de sempre encontrar algo em processo, que indica originalidade e engenhosidade. Cada leitura perscrutadora abre um novo leque de interpretações e inferências.

Euclides da Cunha traçou sua obra dentro da filosofia do sertão sem limites, do homem que transcende o próprio destino e através dele acaba transfigurando, como o narrador, a sua própria identidade. Analisar Conselheiro é primordial, já que é um personagem que não pode faltar por ser parte integrante da imagem que se tem de Canudos – o típico homem moldado no sertão.

A obra de Euclides colabora para a compreensão de um Brasil verdadeiramente brasileiro, com uma apresentação crítica do real na ficção, denotando pela denúncia, de maneira cruel e pessimista, as condições de vida e situação do sertanejo e nordestino brasileiro; devido à linguagem apurada e precisa e também devido à inquietação que seu caráter de denúncia provoca, faz surgir um novo olhar sobre os homens do interior do país, evidenciando as condições reais do estigmatizado homem sertanejo.

O resultado da obra é o que Bosi (2006) ressalta como uma infusão de um interesse vivíssimo pelos problemas humanos no seu método de observação geográfica. Um “pensamento curvado sob o peso de todos os determinismos, mas um olhar rígido para a técnica e o progresso”, junto a “uma linguagem de estilismo febril, mas sempre em função de realidades bem concretas, muitas das quais nada perderam da sua atualidade.” (BOSI, 2006, p. 312). Trata-se, portanto, de uma fonte inesgotável de análise e reflexão.

5. O MILENARISMO DE ANTÔNIO CONSELHEIRO

Há notícia de outros “Conselheiros”, mas o que passaria para a história tinha o nome de Antônio Vicente Mendes Maciel. Antônio Conselheiro fora professor e ambulante até que problemas financeiros e domésticos o converteram em beato - uma espécie de nômade do sertão - um cangaceiro místico e asceta que por anos perambulou pela caatinga, conclamando o povo a construir e reconstruir igrejas, reerguer muros de cemitérios e levar uma vida de penitência e meditação. Em *Os Sertões*, é uma figura síntese da população sertaneja, correspondente, na obra, a um grupo étnico e cultural, cujo comportamento coletivo está ligado à influência do meio e dos caracteres psicológicos.

Candido explica que, em *Os Sertões*, “mentalidade primitiva, homogeneidade cultural, sincretismo religioso, brutalidade dos sentimentos – combinam-se para proporcionar tal desvario, cuja válvula normal é o cangaço, mas que explode periodicamente em crise de misticismo”. E, que para explicar a figura de Conselheiro, Euclides da Cunha “analisa esses mecanismos de psicologia coletiva”, em que trata a coletividade sertaneja como se fosse imensa multidão, cuja impressão é de que “a sociedade sertaneja funciona como um bloco automático, à maneira de um monstruoso indivíduo”. Segundo Candido, o quadro que Euclides constrói é impressionante e grandioso, “embora já não satisfaça às exigências de objetividade da ciência social”. Entretanto, “muito mais que sociólogo, Euclides da Cunha é quase um iluminado, pois as simplificações que operou, na síntese das grandes visões de conjunto, permitem-lhe captar a realidade mais profunda do homem brasileiro do sertão”. (CANDIDO, 1999, p. 31).

Segundo Calasans⁶, Conselheiro era conhecido, em sua meninice, por Antônio Vicente. Já adulto, também era conhecido simplesmente como Maciel. À medida que ganhou notoriedade no sertão, passou a ser Irmão Antônio, Antônio Conselheiro, Santo Antônio Aparecido, Santo Conselheiro. Ao atingir o apogeu de suas pregações e o prestígio entre o povo sertanejo, passou a ser chamado Bom

⁶ José Calasans Brandão da Silva nasceu em Aracaju, em 1915, e faleceu em Salvador, em 2001. Advogado de formação, dedicou-se ao magistério, à história e ao folclore. Conferencista requisitado, organizou um dos mais completos acervos sobre Canudos. Em 1983, doou sua biblioteca e seus arquivos ao Centro de Estudos Baianos, da UFBA, criando o Núcleo Sertão. Boa parte de sua obra está disponível em: www.josecalasans.com

Jesus Conselheiro.

Antônio Conselheiro provinha, segundo Euclides da Cunha, de uma família pobre, de “homens válidos, ágeis, inteligentes e bravos”. Bravura esta que conduziu a linhagem, “pela lei fatal dos tempos, a fazer parte dos grandes fastos criminais do Ceará, em uma guerra de família”. No entanto, essas “lutas de sua família com outra eram fatos do passado, e não atingiram sequer o seu pai, comerciante remediado e honrado”. (NOGUEIRA, 1999, p. 4). Lembrando que “seus êmulos foram os Araújo, que formavam uma família rica, filiada a outras das mais antigas do norte da província”. (CUNHA, 2010, p. 177).

A sua liderança espiritual e política em Canudos despertava a admiração de seus fiéis, e, por outro lado, a ira dos coronéis. Dispunha de um discurso vigoroso e popular que o alçou a porta-voz de uma comunidade sertaneja. Escreveu textos seletos sobre o evangelho e os dez mandamentos, palavras sobre os mistérios de Maria, refletindo também sobre a República. Seus ideais permanecem intactos após sua morte por meio dos manuscritos que escreveu chamados de Prédicas.⁷

As Prédicas foram publicadas por Ataliba de Nogueira em 1974, 72 anos após o lançamento de *Os Sertões*. Um importante estudo sobre elas foi realizado por José Luiz Fiorin, em 1980, em sua dissertação de mestrado, que analisa o discurso de Antônio Conselheiro: *Ilusão da liberdade discursiva: uma análise das prédicas de Antônio Conselheiro*. No mesmo ano, Fiorin escreveu um artigo intitulado *O discurso de Antônio Conselheiro*, no qual também analisa os escritos de Conselheiro. De acordo com Droboruka (2012), os apontamentos de Fiorin conduzem a uma reflexão atenta e sutil, sobre as minúcias textuais de Conselheiro:

Fiorin define três níveis básicos para o entendimento do discurso conselheirista. No primeiro, deve-se buscar a descrição do conteúdo semântico das prédicas; no segundo, um estudo das condições estruturais que determinaram esse conteúdo semântico; e no terceiro, uma análise das posições políticas veiculadas por Antônio Conselheiro em seu discurso. O

⁷ As prédicas e discursos de Antônio Conselheiro constam de um caderno manuscrito que foi encontrado em Canudos, após o fim da luta, por João de Sousa Pondé, médico que participou da campanha como cirurgião da última e vencedora expedição militar. Segundo constatou Ataliba Nogueira (1999), a obra manuscrita é autêntica e do próprio punho de Antônio Conselheiro. Os manuscritos foram doados por João de Sousa Pondé ao escritor e médico baiano Afrânio Peixoto que, por sua vez, passou-os a Euclides da Cunha, quando *Os sertões* já tinha sido publicado. Euclides morreu poucos meses depois e não se sabe se o autor teve tempo de folhear os manuscritos do Conselheiro. Disponível em: <http://www.oohodahistoria.ufba.br> in: *Os Sertões: as prédicas de Antônio Conselheiro e a poesia de Canudos*.

primeiro nível, por sua vez, abrangeria três outros: remeteria, sucessivamente, à teologia, à concepção de mundo e à ética. A teologia conselheirista, por sua vez, é dividida por Fiorin em três outros sub-itens: cristologia, mariologia e eclesiologia. (DROBORUKA, 2012, p. 12).

Pelo trabalho analítico de Fiorin, pode-se notar a importância da teologia nos escritos de Conselheiro. As Prédicas eram resultado do hábito de Conselheiro de completar páginas quase que diariamente, de próprio punho, ou por meio de seu secretário Leão da Silva. As fontes de seus sermões e de sua doutrina eram a *Bíblia Sagrada*, além de *A Missão Abreviada* e *Horas Marianas*, obras frequentemente lidas na época, cujo conteúdo era formado pelo culto às almas, preces, matinas, atos de penitência, isto é, textos de matriz puramente religiosa.

Euclides da Cunha comenta em *Os Sertões* que os escritos de Conselheiro eram “pobres papéis, em que a ortografia bárbara corria parilha com os mais ingênuos absurdos e a escrita irregular e feia parecia fotografar o pensamento torturado, eles resumiam a psicologia da luta.” (CUNHA, 2010, p. 232). Comentando algumas passagens do manuscrito de Conselheiro, Moniz (1978) ressalta que a visão euclidiana de que se tratava de pobres papéis é totalmente equivocada. Segundo Moniz, o beato tinha conhecimentos profundos do Antigo e Novo Testamento, da Filosofia cristã, além da obra *Utopia*, de Thomas Morus, citadas nas Prédicas.

Nogueira explica que essa visão que Euclides da Cunha tinha das Prédicas foi desfavorável em virtude da falta de contato com elas, pois “este livro pertenceu à sua biblioteca, mas a dádiva de Afrânio Peixoto lhe foi feita nos últimos tormentosos meses de vida” (NOGUEIRA, 1999, p. 29). Sabe-se também que o autor de *Os Sertões* esteve preocupado nesse período com o concurso no Ginásio Pedro II, a posterior e difícil nomeação para a cátedra, além do drama familiar pelo qual estava transitando.

No entanto, Euclides da Cunha teve acesso a quadrinhas, algumas transcritas em *Os Sertões*, da “pena de escritores das capitais”, que deturparam “o pensamento do chefe do povo”. De acordo com Nogueira, Conselheiro jamais conheceu o nome de D. Sebastião, citado em *Os Sertões*: “D. Sebastião já chegou, e traz muito regimento, acabando com o civil e fazendo o casamento!”. Eis uma clara alusão forjada para justificar o “governo demoníaco”, que desaparecerá em breve, já que “O Anti-Christo nasceu para o Brasil governar, mas ahi está o Conselheiro para deles

nos livrar”! (CUNHA, 2010, p. 233). A imprecisão de autoria das quadrinhas é confirmada, já que as palavras eruditas utilizadas nela são alheias ao vocabulário de Conselheiro e falsamente inspiradas em suas doutrinas, como também a citação do mito do sebastianismo, desconhecido pelo asceta.

O livrinho que contém as Prédicas foi encontrado nos destroços de Canudos por João de Souza Pondé, que integrou a comissão médica da 4ª Expedição Militar como estudante de medicina.⁸ As Prédicas são divididas em quatro partes: a primeira contém 29 mistérios, “cada qual objeto de uma prédica, dividida em três pontos cada uma. Evidentemente é a súplica para desenvolver em público”. (NOGUEIRA, 1999, p. 24). A segunda parte expõe os dez mandamentos da lei de Deus. Na terceira, há textos seletos extraídos dos Evangelhos, enquanto que na quarta parte há assuntos esparsos, inclusive um intitulado *Sobre a República*, no qual Conselheiro argumenta sobre a família imperial, a libertação dos escravos e o casamento civil, destacando o quão perverso poderia ser a República, já que ela era, segundo Conselheiro, um caminho para eliminar a religião.

Agora tenho de falar-vos de um assunto que tem sido o assombro e o abalo dos fiéis, de um assunto que só a incredulidade do homem ocasionaria semelhante acontecimento: a república, que é incontestavelmente um grande mal para o Brasil que era outrora tão bela a sua estrela. Hoje, porém foge toda a segurança porque um novo governo acaba de ter o seu invento e do seu emprego se lança mão como meio mais eficaz e pronto para o extermínio da religião. [...] A república é o ludíbrio da tirania para os fiéis. Não se pode qualificar o procedimento daqueles que têm concorrido para que a república produza tão horroroso efeito. (NOGUEIRA, 1978, p. 175).

No livrinho que contém os escritos de Conselheiro, havia inscrito, antes da folha de rosto, sem datação, as seguintes palavras: “Este livro foi-me oferecido pelo meu amigo e companheiro de estudos João de Souza Pondé, que no 6º ano médico partiu para Canudos com cirurgião da expedição militar Artur Oscar”. O livrinho, passado então a Afrânio Peixoto, foi, posteriormente, entregue a Euclides da Cunha com a intenção de que pudesse auxiliar na escrita de comentários em *Os Sertões* – “[...] passo-o a Euclides da Cunha, na esperança de lhe informar alguma nota dos seus miríficos *Sertões*. Afrânio Peixoto.” (NOGUEIRA, 1999, p. 23).

⁸ O dr. João de Souza Pondé (1874-1934), pertencente a uma das antigas e ilustres famílias da Bahia, nasceu na vila de Itapicuru de Cima, onde, ainda criança, beijou a mão de Antônio Conselheiro. Ocupou elevados cargos e foi professor da Faculdade de Medicina da Bahia. Cf. Ataliba Nogueira. Antônio Conselheiro e Canudos. São Paulo: Editora nacional, 1978.

As ideias contidas nas Prédicas são de grande importância, visto que nelas existem elementos de uma identidade religiosa e política da ação do povo de Canudos, bem como da ação de seu líder na resistência à invasão do Estado Republicano. A legitimidade das Prédicas é indiscutível e foi ratificada por vários estudiosos. Há destacado na folha de rosto um manuscrito de João Pondé, médico que recolheu o livrinho, além de exumar o corpo de Conselheiro:

No dia 5 de outubro de 1897, em que as tropas legais sob o comando do general Artur Oscar de Andrade Guimarães se assenhorearam vitoriosamente do arraial de Canudos, dando busca no lugar denominado Santuário, em que morou o célebre Antônio Conselheiro, foi este livro encontrado em uma velha caixa de madeira, por mim, que me achava como médico em comissão do governo estadual e que fiz parte da junta de perito que no dia 6 exumou e reconheceu a identidade do cadáver do grande fanático. Submetido ao testemunho de muitos conselheiristas, este livro foi reconhecido ser o mesmo que, em vida, acompanhava nos últimos dias a Antônio Maciel, o "Conselheiro". Bahia, março de 1898, João Pondé. (NOGUEIRA, 1999, p. 22).

Em relação à interpretação que Euclides da Cunha fez de Antônio Conselheiro e de Canudos, não há dúvidas de que não estava desarticulada da opinião de seus contemporâneos. Ao enxergar Conselheiro como um paranoico, conjugou as mesmas ideias que a imprensa da época dava a Conselheiro: um beato misterioso que atraía uma multidão ao divulgar lendas, profecias e crenças.

A imprensa, ao explorar a dimensão religiosa e divulgar crenças, profecias e lendas, quase sempre com um sentido de ridicularizar as ações dos beatos, auxiliou no processo de divulgação das ideias milenaristas de Conselheiro. As narrativas mais completas da época, sobre a vida de Conselheiro, acentuavam traços de como o novo santo – chamado por alguns como Santo Antônio dos Mares, Santo Antônio Aparecido, Bom Jesus Conselheiro --, fazia grandes milagres em nome de Deus por onde pregava.

Euclides da Cunha arriscava-se a dar dicas até para historiadores. Sua erudição era tão desmedida que, por meio de construção dos traços de um sertanejo na época, destaca a visão que o historiador tem de adotar para com Antonio Conselheiro:

Da mesma forma que o geólogo interpretando a inclinação e a orientação dos estratos truncados de antigas formações esboça o perfil de uma montanha extinta, o historiador só pode avaliar a altitude daquele homem,

que por si nada valeu, considerando a psicologia da sociedade que o criou. Isolado, ele se perde na turba dos nevróticos vulgares. Pode ser incluído numa modalidade qualquer de psicose progressiva. Mas posto em função do meio, assombra. É uma diátese, e é uma síntese. [...] Porque ele para o historiador não foi um desequilibrado. Apareceu como integração de caracteres diferenciais – vagos, indecisos, mal percebidos quando dispersos na multidão, mas enérgicos e definidos, quando resumidos numa individualidade. (CUNHA, 2010, p. 173).

Euclides se refere ao contexto no qual Conselheiro prosperou com sua retórica e suas atitudes: a decadência dos engenhos, o fim da escravidão, a seca terrível de 1878, a limitação do mercado de trabalho provocada pelo fluxo incessante de imigrantes europeus, eventos esses que levaram o nordeste a um caos; e nesse ambiente de desespero e vertigem Conselheiro se tornou importante. Por certo, a descrição sobre o homem da época, inserido nesse turbilhão social, econômico e político, incomoda o leitor contemporâneo em algumas passagens de *Os Sertões*. Desconhecer as teorias raciais vigentes no século XIX significa não compreender o porquê do retrato que é construído do sertanejo e, em especial, de Antônio Conselheiro na obra.

O contexto intelectual vigente no período favorecia a intensa discussão racial, a qual era moldada pela ideia de raças puras e superiores. Segundo Lilia Schwarcz (1993), é no início do século XIX que o termo “raça” foi amplamente introduzido na literatura especializada por Georges Cuvier (1769-1832), inaugurando a ideia da existência de heranças físicas permanentes entre os vários grupos humanos. O naturalista francês, por meio de critérios fundamentados na variação da cor da pele e diferenças geográficas, dividiu a humanidade em três subespécies -- caucasiana, mongólica e etiópica – para depois as subdividir por critérios mistos, físicos e culturais.

Desde que os naturalistas dos séculos XVIII e XIX tivessem limitado seus trabalhos somente à classificação dos grupos humanos em função das características físicas, certamente teriam causado pouco ou nenhum problema posterior à humanidade. Suas classificações teriam sido asseguradas ou rejeitadas, como resulta na história do conhecimento científico. Não obstante, desde o início, eles se deram ao direito de hierarquizar, isto é, de estabelecer uma escala de valores entre as chamadas raças. Estabeleceram assim essa hierarquia instituindo uma relação intrínseca entre as qualidades psicológicas, morais, intelectuais e culturais com o biológico -- cor da pele e traços morfológicos.

Segundo Hobsbawm (2009), o racismo tinha um papel central em uma ciência social que se desenvolvia rapidamente, a antropologia -- fusão de duas disciplinas sensivelmente distintas: a antropologia física (fundamentalmente derivada de interesses anatômicos e similares) e a etnografia, ou a descrição de várias comunidades, geralmente relatadas como primitivas e ou atrasadas. Ao destacar a “constituição mórbida” de Antônio Conselheiro, traduzida como uma “regressão ao estágio mental dos tipos ancestrais da espécie”, Euclides ressalta que, “evitada a intrusão dispensável de um médico, um antropologista encontrá-lo-ia normal, marcando logicamente certo nível de mentalidade humana, recuando no tempo, fixando uma fase remota da evolução” (CUNHA, 2010, p. 175). O antropologista encontraria então um homem primitivo de constituição inferior, comparado a outro superior.

Ambas as disciplinas – antropologia física e etnografia - deslocaram sua atenção para o conflito da diferença entre os diversos grupos humanos e, fundamentadas no modelo evolucionista, para o problema da descendência do homem, assim como para a conformação dos diferentes tipos de sociedade, “dos quais o mundo burguês parecia sem dúvida o mais elevado”. (HOBBSAWM, 2009, p. 368). Para os antropólogos do período, a evolução biológica darwiniana propunha uma hierarquia das raças, corroborada por meio de meticulosas medições cranianas, – a chamada frenologia --, e também pelo método comparativo entre as culturas (antropologia cultural), destacado por E. B. Tyler (1832-1917).

Tyler e outros antropologistas observavam comunidades e culturas que os levavam a concluir que não eram diferentes por natureza, mas representativas de um estágio anterior da evolução no caminho da civilização moderna. Deste modo, “termos privilegiados no período, como civilização e progresso, eram entendidos não enquanto conceitos específicos de uma determinada sociedade, mas como modelos universais.” (SCHWARCZ, 1993, p. 57). Acreditava-se que o conjunto da humanidade passaria pelos mesmos estágios do progresso evolutivo. Salienta-se a descrição que se encontra em Os Sertões, com destaque para a estagnação de Canudos no estágio anterior da evolução do progresso, tal como se acreditava na época:

A *urbs* monstruosa, de barro, definia bem a *civitas* sinistra do erro. O povoado novo surgia, dentro de algumas semanas, já feito ruínas. Nascia velho. Visto de longe, desdobrado pelos cômodos, atulhando as canhadas,

cobrimdo área enorme, truncado nas quebradas, revoltos nos pendores – tinha o aspecto perfeito de uma cidade cujo solo houvesse sido sacudido e brutalmente dobrado por um terremoto. [...] Feitas de pau a pique e divididas em três compartimentos minúsculos, as casas eram paródia grosseira da antiga morada romana [...] O mesmo desconforto e, sobretudo, a mesma pobreza repugnante, traduzindo de certo modo, mais do que a miséria do homem, a decrepitude da raça. (CUNHA, 2010, p.209).

Em *Os Sertões*, há deste modo uma construção moldada no ideário em que o autor estava inserido: “A mistura de raças mui diversas é, na maioria dos casos, prejudicial”. A construção da noção de superioridade da raça pura estava concretizada, pois “a mestiçagem extremada é um retrocesso” e “a tendência à regressão às raças matrizes caracteriza a sua instabilidade”. Antônio Conselheiro é descrito por Euclides da Cunha como “um documento raro de atavismo”, pois “em seu desvio ideativo vibrou sempre, a bem dizer exclusiva, a nota étnica”. (CUNHA, 2010, p. 132). O messianismo de Conselheiro é, nessa situação, resultado do atraso, cujo resultado provém de sua condição, a qual se reverte em uma religiosidade sem contornos definidos. Nada valiam, por consequência, suas reflexões e escritos:

ora, no mais pobre dos saques que registra a História, onde foram despojos opimos imagens mutiladas e rosários de coco, o que mais acirrava a cobiça dos vitoriosos eram as cartas, quaisquer escritos e, principalmente os desgraçados versos encontrados. Pobres papéis, em que a ortografia bárbara corria parselhas com os mais ingênuos absurdos e a escrita irregular e feia parecia fotografar o pensamento torturado, eles resumiam a psicologia da luta. Valiam tudo porque nada valiam. Registravam as prédicas de Antônio Conselheiro; e, lendo-as, põe-se de manifesto quanto eram elas afinal inócuas, refletindo o turvamento intelectual de um infeliz. Porque o que nelas vibra em todas as linhas é a mesma religiosidade difusa e incongruente, bem pouca significação política, permitindo emprestar-se às tendências messiânicas expostas. (CUNHA, 2010, p. 231-232).

Conselheiro e o povo do sertão eram constituídos como reflexo da terra onde viviam - dura, árdua, implacável. Euclides da Cunha, como lembra Candido (1965), busca na influência das raças e do meio geográfico um caminho para explicar o comportamento dos fanáticos de Canudos e do chefe deles. O meio físico, por essa visão, exerce uma influência sobre a evolução do grupo, e a raça, sobre o comportamento coletivo.

[...] a travessia das veredas sertanejas é mais exaustiva que a de uma estepe nua. Nesta, ao menos, o viajante tem o desafogo de um horizonte largo e a perspectiva das planuras francas. Ao passo que a caatinga o

afoga; abrevia-lhe o olhar; agride-o e estonteia-o; enlaça-o na trama espinescente e não o atrai; repulsa-o com as folhas urticantes, com o espinho, com os gravetos estalados em lanças; e desdobra-se-lhe na frente léguas e léguas, imutável no aspecto desolado: árvores sem folhas, de galhos estorcidos e secos, revoltos, entrecruzados, apontando rijamente no espaço ou estirando-se flexuosos pelo solo, lembrando um bracejar imenso, de tortura, da flora agonizante... (CUNHA, 2010, p. 59-60).

Ao descrever o meio, e em especial a caatinga, Euclides da Cunha personifica a mata, dando-lhe então, de maneira detalhada, características humanas, a exaltar o meio que moldou a formação do homem sertanejo. É a ratificação da teoria determinista que postulava a prescrição do meio sobre o homem, construída na obra, de modo conotativo. Mesmo em artigos o autor criava, em relação a Canudos, relações estritas entre o meio e o homem, ressaltando a complexidade do ambiente sertanejo, neste caso, como talvez um obstáculo mais árduo para as tropas republicanas, comparado até mesmo ao grupo de sertanejos de Conselheiro.

Pertencente ao sistema huroniano, ou antes, erigindo-se como um terreno primordial indefinido entre aquele sistema e o laurenciano, pela ocorrência simultânea de quartzitos e gnaisses graníticos característicos, o solo daquelas paragens, arenoso e estéril, revestido, sobretudo nas épocas de seca, de vegetação escassa e deprimida, é, talvez mais do que a horda dos fanatizados sequazes de Antônio Conselheiro, o mais sério inimigo das forças republicanas. (CUNHA, 2003, p. 5).

A justificativa do título – A Nossa Vendaia --, feita por Euclides, relaciona o homem e o solo por meio de uma aproximação histórica entre os acontecimentos franceses e Canudos, já que “como na Vendaia, o fanatismo religioso que domina as suas almas ingênuas e simples é habitualmente aproveitado pelos propagandistas do Império.” (CUNHA, 2003, p. 6). E, mesmo adentrando a República, Euclides mostra-se pessimista em relação à nação, pois “estamos condenados à civilização. Ou progredimos, ou desaparecemos. A afirmativa é segura.”. O autor afirma isso depois de concluir que “não temos unidade de raça. Não a teremos, talvez, nunca”. (CUNHA, 2010, p. 94).⁹

⁹ O *Estado de S. Paulo* publicou, em suas edições de 14 de março e 17 de julho de 1897, dois artigos escritos por Euclides da Cunha, ambos chamados A Nossa Vendaia, em uma alusão a Vendaia francesa. Disponível em: <<http://www.euclidesdacunha.org.br>>

Por conseguinte, o autor traça um histórico dos antecedentes dos jagunços, e afirma que “as circunstâncias históricas, em grande parte oriundas das circunstâncias físicas, originam diferenças iniciais no enlace das raças, prolongando-se até nosso tempo”. Os sertanejos “nasciam de um amplexo feroz de vitoriosos e vencidos. Criaram-se numa sociedade revolta e aventureira, sobre a terra farta”. (CUNHA, 2010, p. 111). Imprescindível destacar que o estereótipo criado para descrever Conselheiro nasce, como já lembrado, da ideia de raças. Porém, apesar de descrever como prejudicial a mistura de raças, Euclides destaca virtudes no sertanejo, visto que “a sua evolução psíquica, por mais demorada que esteja destinada a ser, tem, agora, a garantia de um tipo fisicamente constituído e forte. (CUNHA, 200, p. 136).

A instabilidade do mestiço, que, para Euclides, tendia a se estabilizar em marcha a ré, ou seja, retornando às peculiaridades dos elementos “inferiores” da mistura, foi compensada graças ao isolamento imposto pelo meio físico. E o tipo do sertanejo se diferenciou, em nosso caso étnico, como uma resultante de componentes biogeográficas. (CANDIDO, 1999, p.30).

Essa força constituinte do sertanejo é reacionária; reação essa proveniente do ambiente que o rodeia. “A seca não o apavora. É um complemento à sua vida tormentosa, emoldurando-a em cenários tremendos. Enfrenta-a estoico.” (CUNHA, 2010, p. 157). A luta com o meio, entretanto, “remorou-lhe o aperfeiçoamento psíquico”. E, por isso, segundo Euclides, apesar da resistência e do vigor físico, o sertanejo tem a crença em um “monoteísmo incompreendido, eivado de misticismo extravagante, em que se rebate o fetichismo do índio e do africano”. Esse fator desencadeia uma propensão à crença ou noção sem base na razão ou no conhecimento, que leva a criar falsas obrigações, a temer coisas inócuas, a depositar confiança em coisas absurdas, pois “é um homem primitivo, audacioso e forte, mas ao mesmo tempo crédulo, deixando-se facilmente arrebatado pelas superstições mais absurdas.” (CUNHA, 2010, p. 163).

Em *Os Sertões*, a explicação do messianismo e do milenarismo de Conselheiro é moldada na alusão de que uma “grande herança de abusões extravagantes, extinta na orla marítima pelo influxo modificador de outras crenças, no sertão ficou intacta.” Euclides cria um cotejo entre o sertão e a presença de divulgadores do Evangelho, pois “considerando as agitações religiosas do sertão e

os evangelizadores e messias singulares, que intermitentemente, o atravessam, ascetas mortificados de flagícios, encaçados sempre pelos sequazes numerosos que fanatizam, que arrastam, que dominam, que endoudecem” [...] (CUNHA, 2010, p. 164). Para Euclides, o sertão era terreno fértil para proliferação de ascetas.

Segundo Candido, Euclides analisa os mecanismos de psicologia coletiva para explicar a figura do Conselheiro. Há nele uma visão trágica dos movimentos sociais e da relação da personalidade com o meio físico e social. O indivíduo e o conjunto se entrecruzam, desordenando um esboço entre um e outro, porquanto “é difícil traçar no fenômeno a linha divisória entre as tendências pessoais e as tendências coletivas: a vida resumida do homem é um capítulo instantâneo da vida de sua sociedade.” (CUNHA, 2010, p. 174).

A sua tese é que ele em si nada tinha de preeminente, pois apenas encarnava, dando-lhe corpo, todo o psiquismo incoordenado das populações sertanejas. Mas, exprimindo-as, reforçava o seu ímpeto, dava-lhes razão de ser, mostrando-lhe como que o próprio retrato, sintetizado numa só pessoa. (CANDIDO, 1999, p. 33).

Assim sendo, as atitudes de Conselheiro eram reparadas pela multidão em seus desacertos. O povo de Canudos tinha então nas palavras, atitudes e gestos de Conselheiro a submissão e a tranquilidade de espírito de um falso apóstolo com consciência delirante. O Bom Jesus surgiu ativo e passivo em uma agitação que ele mesmo compôs. O desequilíbrio de Conselheiro despontou como resultado da integração de caracteres ímpares, potencializado pelo meio (físico e humano) no qual vivia:

Espécie de grande homem pelo avesso, Antônio Conselheiro reunia no misticismo doentio todos os erros e superstições que formam o coeficiente de redução da nossa nacionalidade. Arrastava o povo sertanejo não porque o dominasse, mas porque o dominavam as aberrações daquele. Favorecia-o o meio e ele realizava, às vezes, como vimos, o absurdo de ser útil. Obedecia à finalidade irresistível de velhos impulsos ancestrais; e jugulado por ela espelhava em todos os atos a placabilidade de um evangelista incomparável. De feito, amortecia-lhe a nevrose inexplicável placidez. (CUNHA, 2010, p. 202-203).

Desse modo, Euclides da Cunha, por ter sido um dos principais intérpretes da Guerra de Canudos por meio de sua principal obra, *Os Sertões*, contribuiu fortemente para a construção de uma imagem de Conselheiro, que se materializou

por muito tempo e que passou, posteriormente, a influenciar direta ou indiretamente, a maioria das produções sobre o tema. Passado mais de um século de sua morte, a memória de Antônio Conselheiro continua latente entre os moradores do sertão nordestino, e as representações sobre Conselheiro se dão no campo da memória de uma forma bastante ampla, abrangendo as dimensões da literatura e historiografia, estendendo-se também na reminiscência dos moradores do sertão.

Antônio Conselheiro configura-se como um dos grandes personagens da historiografia brasileira. São vários livros literários e científicos, além de inúmeros trabalhos acadêmicos, que foram publicados sobre a Guerra de Canudos. A história do arraial de Belo Monte, de seu líder e de sua gente, continua a estimular o pensamento e o interesse de variados intelectuais, contribuindo para a construção da história de Canudos em uma série de interpretações de variadas matrizes teóricas e ideológicas, na qual as representações literárias e historiográficas contribuíram e continuam a contribuir de forma significativa para transformar Antônio Conselheiro em um personagem bastante complexo, de variadas faces, em contínua reelaboração, reconstrução e ressignificação.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde Aristóteles as relações entre História e Literatura são objetos de cotejo e discussão, visto que elementos que caracterizavam essas duas áreas eram correntes na *Poética*. Tanto o distanciamento, quanto o encontro dessas duas áreas de estudo são componentes profícuos na busca de uma compreensão que vai além da simples verificação, interpondo análise estrutural e objetos de reflexão. Porquanto, História e Literatura são formas distintas, entretanto próximas, de descrever a realidade, além do desvelo e atribuição de sentidos. E, atualmente, são duas áreas que têm sido analisadas estruturalmente mais por sua proximidade que por sua distância.

Essa análise, e por que não confronto, corresponde à natureza epistemológica, ligada a uma reordenação dos paradigmas expressivos da realidade na historiografia, introduzindo novos parâmetros que a aproximam da literatura. É a percepção de que a História é uma narrativa que concatena ideias por meio de um enredo e revela uma sucessão de acontecimentos, assim como a trama de um romance literário. A História é escrita por meio de ações encadeadas que, através da linguagem e da retórica, descrevem e atribuem significados ao tempo, no tempo. Desse modo, no conjunto de representações sociais criadas pelo ser humano para atribuir significado ao mundo, a Literatura e a História ocupam uma importante posição como modalidades ou formas discursivas que têm como referência a construção de uma sequência de acontecimentos.

Por meio dessa contiguidade, a análise de *Os Sertões* torna-se mais rica e válida, confirmando as palavras de Candido, quando afirma que é “um livro posto entre a literatura e a sociologia naturalista”, além de servir como arcabouço histórico e sociológico, pois determina, entre tantas obras “o fim do imperialismo literário, o começo da análise científica aplicada aos aspectos mais importantes da sociedade brasileira”. (CANDIDO, 1965, p. 160). A proximidade de *Os Sertões* com a História se dá na “ânsia de ir além dos esquemas e desvendar o mistério da terra e do homem brasileiro com as armas todas da ciência e da sensibilidade”. (BOSI, 2006, p. 308).

Dos *Sertões* e de Euclides da Cunha, é possível analisar que o estilo é exposto por meio de uma visão dramática do mundo, seja ao explorar o ambiente no qual o sertanejo vivia, seja nas próprias descrições feitas acerca do povo e de seu

líder Antonio Conselheiro. Adentrar o Euclides da Cunha manipulador do verbo é essencial para entendê-lo, já que “a sua frase será densa e sinuosa quando assim o exigir a complexidade extrema da matéria assumida no nível da linguagem.” (BOSI, 2006, P. 308). Devido a estigmas criados em torno da construção da narrativa de *Os Sertões*, como o estilo exigente, e a linguagem impenetrável e laboriosa, leitores, muitas vezes, ao comentar sobre a obra, interpretam-na como inacessível. E poucos saberiam relatar precisamente o lugar que o livro e seu autor ocupam nos compêndios mais recentes da nossa história literária. No entanto, importante destacar novamente as palavras de Bosi, que ressalta ser dispensável tentar “enquadrá-lo em um determinado gênero literário, o que implicaria em prejuízo paralisante”, porque “a abertura a mais de uma perspectiva é o modo próprio de enfrentá-lo”. (BOSI, 2006, p.309).

A obra de Euclides da Cunha visou um debate, uma análise e um combate de questões, que resumiu os significados mais essenciais do período histórico em que viveu, discutindo a problemática social, cultural, política e econômica do momento. *Os Sertões* apresentava aos brasileiros um país que eles jamais tinham visto, suposto ou tentado compreender.

Em relação à descrição de Antônio Conselheiro, Euclides em várias passagens responsabiliza o asceta por afirmar coisas que são o oposto do que se pôde verificar em seus escritos. Isso se deve a dois fatos. O primeiro é a possibilidade de o autor ter desconhecido de fato os escritos de Antônio Conselheiro. O segundo se explica pelo posicionamento de Euclides em desqualificar o projeto político “retrógrado”, do qual Conselheiro fazia parte. É Imprescindível a esse fato lembrar que Euclides da Cunha era jornalista e republicano, e tomava partido como um homem com ideais da época, principalmente em relação ao conjunto de teorias raciais do século XIX, responsável pela composição de diversas representações, as quais reconheciam o branco como engenhoso, ativo e fisicamente sadio; enquanto os demais indivíduos tendiam à inferioridade biológica, representando o atraso.

O Brasil assumia, na verdade, o novo discurso que se debatia nas universidades e entre os intelectuais europeus. Nos jornais do período, o conceito de raça se impõe como uma questão importante para a política e para a ciência e, além disso, como identidade nacional. Isto é, o processo das notícias, e consequentemente o posicionamento dos jornalistas consistia em solidificar um país

republicano, civilizado e marcado pelo progresso.

A importância das *Prédicas* na revisão da história de Canudos é ímpar. Nelas estão os elementos de uma identidade política e religiosa da ação dos canudenses e de seu líder, no cotidiano do arraial, e também na resistência à invasão de Canudos pelas tropas federais. Seus escritos, ao mesmo tempo em que apresentam a figura humana de Conselheiro com qualidades, introduzem uma leitura diferenciada daquela apresentada na obra de Euclides da Cunha, a qual versa sobre a religião da comunidade, afirmando a fatalidade de um fanatismo obscuro, tanto político quanto religioso, atribuído a seus membros.

Não obstante haja aproximação, reunião e, até mesmo, fusão de concepções aparentemente distintas, como os temas materialistas e apocalípticos, transcendentais e imanentes, messiânicos e utópicos, razão e fé, em *Os Sertões*, por meio da erudição enciclopédica, afora o olhar perscrutador e erudito do autor, há uma integração coerente e evidente na descrição milenar de Antônio Conselheiro. Um homem do sertão, do interior, do coração das terras, surgia à sua imaginação como um “anacoreta sombrio, cabelos crescidos até os ombros, barba inculta e longa; de face escaveirada, olhar fulgurante; monstruoso, dentro de um hábito azul de brim americano; abordado ao clássico bastão, em que se apoia o passo tardo dos peregrinos [...]” (CUNHA, 2010, p. 186).

Euclides da Cunha tentou transpor um estrato denso ao observador: as formas de vivenciar, experimentar ou compreender aspectos de pessoas que fugiam do usual ou do previsto, ou a totalidade da representação e da consciência em uma comunidade que lhe era excêntrica. Canudos serviu como campo para entrevistas, um laboratório em meio aos bombardeios e combates, do outro lado da trincheira. Procurou esclarecer o mistério em torno de Canudos, ao afirmar a existência de crenças sebastianistas que tornariam explicáveis alguns dos aspectos obscuros e secretos da guerra, com o apelo da exposição de seu líder e a resistência heroica dos combatentes. E, indubitavelmente, Conselheiro continuará a ser um personagem reinventado, reelaborado e reescrito, devido, não apenas à complexidade de sua trajetória, como também pelas várias interpretações que sua vida e personalidade singular sofreram pelos mais diferenciados estudiosos, nos mais diferentes contextos e épocas. É um personagem em constante construção.

Ao escrever *Os Sertões*, o autor assumiu um procedimento historiográfico arrojado, ao dispor e empregar, com propósito estético através da harmonia dos

elementos, um arranjo poético ao conflito, criando uma obra híbrida entre a Literatura e a História, criando um entrecruzamento de ensaio e narrativa. Projetou um olhar preciso, porém irônico sobre suas próprias crenças, para que a compreensão do horror da guerra e inserção dos fatos resultasse em um enredo capaz de extrapolar a sua significação particular. Enfim, elaborou a célebre epopeia da República brasileira.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Luis de. **Introdução – O homem e a obra**. In: MORE, Thomas, A utopia, São Paulo: Folha de S. Paulo, 2010.

BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. São Paulo: Cultrix, 2006.

CALASANS, José. **Coronelismo e Messianismo no Brasil**: o caso de Canudos. Conferência publicada no V Seminário paraibano de Cultura Brasileira, nov. 1981. In: Revista do Unipê. João Pessoa. 1998.

_____. **Notícias de Antônio Conselheiro**. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. n. 33. Centro de Estudos Baianos, vol. 56. Salvador, 2002.

_____. **O ciclo folclórico do Bom Jesus Conselheiro**: contribuição ao estudo da história de Canudos. Tipografia Beneditina Ltda. Salvador, 1950.

CANDIDO, Antônio. **Literatura e sociedade**. São Paulo. Cia Editora Nacional, 1965.

_____. **Euclides da Cunha sociólogo**. In: *Remate de males*. Departamento de Teoria Literária do IEL/UNICAMP, Número Especial Antonio Candido. Campinas, 1999.

CARVALHO, José Murilo de. **Formação das Almas**: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

CHAUÍ, Marilena. **Notas sobre utopia**. Ciência e cultura, vol. 60. São Paulo, 2008. Disponível em <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252008000500003&script=sci_arttext> <Acesso em: 27 out. 2013>.

CLAEYS, Gregory. **Utopia**: a história de uma ideia. São Paulo: Edições SESC SP, 2013.

COELHO NETO, J. T. **O que é utopia**. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**. São Paulo: Abril, 2010.

_____. **Canudos e outros temas**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003.

DELUMEAU, J. **História do Medo no Ocidente 1300-1800**. São Paulo, Companhia das Letras, 1978. Edição de bolso: Companhia das Letras, 2009.

DROBORUKA, Vicente. **História e revelação**: ensaios sobre apocalíptica, historiografia e história militar na Antiguidade. UNB, 2012. Disponível em: http://www.pej-unb.org/downloads/ebook_hist_reve.pdf

FAORO, Raimundo. **Os Donos do Poder**: formação do patronato político brasileiro. 2.^a ed. Porto Alegre: Globo, 1975.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da Pesquisa Científica**. Fortaleza, UEC, 2002.

HERMANN, Jacqueline. **Canudos destruído em nome da República**. In: Tempo: Rio de Janeiro, vol. 2, nº 3, 1996. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg3-4.pdf> <Acesso em: 02 mar 2014>.

HESÍODO. **Os trabalhos e os dias**. Iluminuras, 1996.

HOBSBAWM, Eric J. **A Era do Capital (1848-1875)**. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

HOORNAERT, Eduardo. **Os Anjos de Canudos: uma Revisão Histórica**. Petrópolis, Vozes, 1997.

LEVINE, Robert. **O Sertão Prometido**. São Paulo, Edusp, 1995.

LIMA, Luiz Costa. **A aguarrás do tempo: estudos sobre a narrativa**. Rio de Janeiro: Rocco, 1989.

MONIZ, Edmundo. **A Guerra Social de Canudos**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1978.

MONTEIRO, Duglas Teixeira. **Um Confronto entre Juazeiro, Canudos e Contestado**, in Boris Fausto (ed.). História Geral da Civilização Brasileira. Vol. 111. São Paulo, Difel, 1977.

MORE, Thomas. **A Utopia**. São Paulo: Folha de S. Paulo, 2010.

NOGUEIRA, Ataliba. **Antônio Conselheiro e Canudos: revisão histórica**. São Paulo, Ed. Nacional, 1978.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **A questão nacional na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense; Brasília: CNPq, 1990.

PAREDES, Marçal M. **Revista do Instituto Humanitas Usininos**. Entrevista concedida em: 07 dez. 2009. Disponível em: <http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3010&secao=318> <Acesso em: 11 jan. 2014>.

ROQUETTE-PINTO Edgard. **Textos Escolhidos: raça e povo, Euclides e os sertões**. Academia Brasileira de Letras - Ensaio Brasileiro - 1940. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infol=194&sid=198>> Acesso em: 11 out. 2013.

SARAIVA, A. J. **Narrativa literária: aspectos composicionais e significações**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

SEVCENKO, Nicolau. **A Revolta da Vacina: mentes insanas em corpos rebeldes**. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

_____(Org.). **História da vida privada no Brasil Vol. 3.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. **Literatura como missão:** tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

SKORUPA. F. A. **Viagem às letras do futuro; extratos de bordo da ficção científica brasileira.** Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2002.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **História do Brasil Nação 1888-2010**, v. 3 – A abertura para o mundo 1889-1930. São Paulo: Editora Objetiva, 2012.

_____. **O Espetáculo das Raças:** cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930). São Paulo: Cia. Das Letras, 1993.